



Maycon Ribeiro Galvão

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS



Maycon Ribeiro Galvão

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

© 2023 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Autor

Maycon Ribeiro Galvão

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: O Autor

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G182c Galvão, Maycon Ribeiro
Consciência Ambiental nas Escolas Públicas / Maycon Ribeiro
Galvão. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2023. 118 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-89976-96-7
DOI: 10.5281/zenodo.7646569

1. Consciência Ambiental. 2. Escolas Públicas. 3. Meio Ambiente. 4. Ecologia. 5. Educação Ambiental. I. Galvão, Maycon Ribeiro. II. Título.

CDD: 372.357
CDU: 37

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.editoramultiatual.com.br/2023/02/consciencia-ambiental-nas-escolas.html>



CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

AUTOR: Maycon Ribeiro Galvão

TUTOR: PROF DR. Mizaél de Souza Martins

**Porto Velho - RO
2022**

MAYCON RIBEIRO GALVÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências da Educação, da Universidad Martin Lutero, na linha de pesquisa Processos Educativos e Linguagem, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do Profº Dr. Mizael de Souza Martins.

TUTOR: PROF DR. Mizael de Souza Martins

AUTOR: Maycon Ribeiro Galvão

**Porto Velho - RO
2022**

DEDICATÓRIA

Dedicado a Deus, mostrou-se criador, criativo nessa tarefa, meu guia para questionar a realidade e propor sempre um mundo novo cheio de possibilidades.

Obrigado ao meu pai que me deu força de forma especial e me apoiou nos momentos difíceis. Meus amigos, obrigado pelo incentivo e paciência.

Agradeço ao meu orientador Dr. Mizael de Souza Martins por me ajudar pacientemente neste trabalho, mostrando o bem e o mal do aprendizado para os outros mestres e doutores que me ensinaram por muito tempo.

Agradeço ao professor. Toda a ajuda que Andréia Teixeira prestou no início da minha jornada. Aos meus colegas companheiros do curso de ciências da educação, este trabalho também é dedicado a vocês, para alegrias e tristezas compartilhadas.

Não posso deixar de mencionar o incentivo dos meus alunos do NEM que têm me incentivado com palavras otimistas.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento do trabalho título deste curso contou com a colaboração de várias pessoas, das quais gostaria de agradecer: Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me dar forças para concluir com sucesso este projeto de forma satisfatória, e você o colocou no meu caminho.

Ao Dr. Mizael de Souza Martins, que me acompanhou pontualmente por vários meses, prestou a assistência necessária na elaboração do meu projeto de pesquisa e na redação da minha tese.

Obrigado aos programas de mestrado e doutorado em ciências da educação que ensinaram suas disciplinas por meio de seu trabalho árduo e me permitiram fazer este trabalho hoje.

Às aulas de ciências da educação, às pessoas que viveram nesses lugares comigo ao longo dos anos.

A experiência de produção compartilhada de comunicação com amigos nesses espaços é a melhor experiência da minha formação acadêmica.

Obrigado a todos os envolvidos no estudo nas três escolas públicas do NEM de Rondônia pela cooperação e disponibilidade para adquirir os dados.

Agradeço à minha família que me incentivou a cada momento e não me permitiu desistir.

Obrigado aos meus amigos, colegas e alunos que sempre me incentivaram e me deram força para superar os desafios da vida.

Sou grato que o mundo mudou as coisas, nunca as fez da mesma maneira, caso contrário não teríamos nada para estudar; o que descobrir e o que fazer, porque através disso concluí com sucesso minha tese de mestrado.

“Há três espécies de cérebros: uns entendem por si próprios; os outros discernem o que os primeiros entendem; e os terceiros não entendem nem por si próprios nem pelos outros; os primeiros são excelentíssimos; os segundos excelentes; e os terceiros totalmente inúteis”.

Nicolau Maquiavel

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico – 01 página – 79
- Gráfico – 02 página – 82
- Gráfico – 03 página – 84
- Gráfico – 04 página – 88
- Gráfico – 05 página – 92
- Gráfico – 06 página – 94
- Gráfico – 07 página – 96
- Gráfico – 08 página – 98

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

RO – Rondônia
PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EA – Educação Ambiental
MEC – Ministério da Educação
EE – Escola Estadual
SEMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
PNE – Plano Nacional de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CANAE – Conferência Nacional de Educação
LDB – Diretrizes Bases da Educação
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
PEV – Pontes de Entrega Voluntaria
UNESCO – Organização das Nações Unidas a Ciência e Cultura
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
NEM – Novo Ensino Médio
SEDAM – Secretaria Estadual do Meio Ambiente
CEP– Código Postal de Endereço
CONP – Comissão de Organização Normas e Procedimentos
DOU – Diário Oficial da União
PM – Polícia Militar
APP– Área de Preservação Permanente
ONGs – Organizações não Governamentais
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COE/MEC – Tecnologia em Educação Ambiental

SUMÁRIO

RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	14
INTRODUÇÃO	15
1. PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO	19
2. MEIO AMBIENTE: O DESPERTAR DA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL ENTRE OS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	30
3. METODOLOGIA	70
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA.....	75
CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICES	113
<i>O Autor</i>	118

RESUMO

Os problemas ambientais têm causado grandes danos à natureza e são decorrentes principalmente da ação inadequada do homem, que vem contribuindo para a degradação do meio ambiente. O presente trabalho tem como objetivo analisar a vulnerabilidade ambiental das escolas para que alunos e professores possam compreender melhor a relação e desenvolver sua consciência ambiental. A educação ambiental é um processo participativo e contínuo da sociedade, fundamental para a consciência crítica acerca dos problemas ambientais existentes. A preocupação com o meio ambiente revela que estamos vivendo um momento de desequilíbrio e desarmonia, causados pela própria sociedade. Dessa forma, é necessário que haja uma busca para se alcançar um equilíbrio entre a relação homem x natureza, visando buscar alternativas sustentáveis e mudar o comportamento frente a essa problemática. A partir disso, têm-se na Educação Ambiental, uma ferramenta para a mudança de comportamento, objetivando alcançar o desenvolvimento sustentável a partir de ações, concepções e mudanças de hábito, visando uma relação mais harmoniosa com o planeta. A metodologia deste trabalho será a pesquisa bibliográfica através de artigos e livros encontrados em sites e bibliotecas e entrevistas com professores e alunos de rede Pública. A educação ambiental permite uma consciência crítica da sociedade acerca das questões ambientais e é uma ferramenta que visa novas atitudes ambientais, práticas de preceitos ambientais e minimização dos danos causados à natureza. Com isso, a sociedade adota soluções para a mitigação de problemas que ela mesma causa, contribuindo para a diminuição de desastres e minimização da degradação ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental, Escola no contexto da conscientização e preservação ambiental.

ABSTRACT

Environmental problems have caused great damage to nature, and are mainly due to inadequate human action, which has contributed to the degradation of the environment. The present work aims to analyze the environmental vulnerability of schools, so that students and teachers can better understand the relationship between people and the environment, and as a result develop their environmental awareness. Environmental education is a participatory and continuous process, essential for the critical awareness of existing environmental problems. Concern for the environment shows that we are experiencing a moment of imbalance and disharmony, caused by society itself. Therefore, it is necessary that we search for a balance in the nature-humanity relationship. We need to seek sustainable alternatives and behavioral changes in order to tackle this problem. In this scenario, environmental education can be a tool for behavioral change. By changing our ideas and habits towards nature, we can take a step closer towards sustainable development, and consequently achieve a more harmonious relationship with the planet. A literature review was carried out (of articles and books found on websites and libraries) and teachers and students of public schools were interviewed. Environmental education promotes critical awareness about environmental issues, and can be a tool to promote new attitudes towards the environment – therefore reducing the damage that people can cause to it. This means that society can adopt solutions to mitigate the problems that it causes to nature, contributing to the reduction of natural disasters, and reducing environmental degradation.

Keywords: Environmental education, School in the context of environmental awareness and preservation.

INTRODUÇÃO

Considerando que a degradação ambiental é uma das principais preocupações dos governos e das sociedades na atualidade, é necessário desenvolver ações educativas sustentáveis para garantir condições de vida adequadas às gerações futuras. A Constituição Federal consagra a competência do poder público “para promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino” (Brasil, 1999).

As novas recomendações de ensino fornecem as evidências necessárias sobre questões ambientais, levando em consideração as realidades locais e recomendando que a educação ambiental seja integrada aos currículos escolares. Esta pesquisa tem como objetivo de analisar as vulnerabilidades ambientais das escolas para que alunos e professores possam maximizar a compreensão dessa relação e desenvolver seu papel consciente do meio ambiente. A educação ambiental visa conscientizar as atitudes ambientais, sensibilizar e compreender as questões ambientais, buscar novas soluções e transformar os indivíduos em atores na tomada de decisões da comunidade. Foco no campo da pesquisa, análise, apresentação e compreensão das necessidades e obrigações ambientais, aprofundando o conhecimento e preparando as pessoas para a conservação da natureza e o uso sustentável de seus recursos. Questões relacionadas à poluição, degradação, consumismo, aquecimento global, desastres naturais e extinção de plantas e animais sempre foram temas centrais na estrutura da pedagogia ambiental e há uma necessidade crescente de incluí-los nas escolas, universidades, ONGs e empresas. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento marca um processo de desenvolvimento de profissionais em todo o mundo que se concentram em questões ambientais como a sustentabilidade. A educação ambiental é contextualizada desde a Conferência de Estocolmo.

As escolas são um importante meio de conscientização e conscientização sobre a necessidade de conservação, e aqui observamos contribuições entre professores e alunos que levam a mudanças de atitudes e pensamentos. É um centro de formação humanística e profissional para cidadãos, com as famílias e os meios de comunicação partilhando a responsabilidade de desenvolver competências e aceder

à informação: “A educação faz parte da própria rede de aprendizagem e desempenha um papel estratégico no processo, e, parafraseando Reigota, podemos dizer: “A educação ambiental dentro ou fora da escola continuará sendo um conceito radical de educação, tornando-se uma tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas porque nosso tempo e nossa herança histórica e ecológica exigem escolhas radicais, justas e pacíficas.” (1998)

Especialistas veem a educação ambiental como um processo transversal que existe em todas as disciplinas escolares e desenvolve disciplinas comuns a todos os integrantes. A educação ambiental é uma área de pesquisa recente em que as discussões sobre questões ambientais, como o progresso tecnológico e o consumo excessivo de recursos naturais, nos trouxeram sérios impactos ambientais. Acreditamos que é necessário buscar ações coletivas para construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências com foco na proteção ambiental, que são universalmente utilizados e fundamentais para a qualidade de vida e a sustentabilidade. É importante divulgar os mecanismos naturais que existem no meio ambiente, bem como a importância das espécies e os tipos de relações que devemos ter com o meio ambiente, ampliando nossa visão crítica dos problemas ambientais, pesquisando e propondo novas soluções que devem inserir-se no ciclo ecológico e trabalhar para protegê-lo. Assim, é possível superar a visão concentrada que a humanidade construiu em torno do ritmo de industrialização e progresso que tem sido constante nos últimos tempos, no qual seria incorreto dizer que o progresso começa com a destruição das áreas naturais do planeta. No Brasil, a educação ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1999, referida pelo nº 9.795: “Um componente essencial que reflete um modelo social mais sustentável é a educação ambiental, essencial para o exercício da cidadania plena e a proteção do meio ambiente em busca da qualidade de vida. Daí a importância de estudá-la desde o ensino fundamental”, promover uma melhor aprendizagem e conscientizar os alunos, incorporando suas realidades no processo de formação de cidadãos críticos e participativos” (Brasil, 2004).

O pensamento humano sobre a natureza é um fato que preocupa a sociedade contemporânea, refere-se à ação da consciência e é função prática da educação ambiental. Por meio do campo da educação, os professores podem inspirar a busca

pela melhoria da qualidade de vida e orientar os alunos a assumirem responsabilidade coletiva por soluções sustentáveis. Observamos a importância de formar sociedades sustentáveis para enfrentar os desafios atuais e formar pessoas para o exercício da cidadania. Transformar e melhorar a relação do homem com o meio ambiente deve ser o objetivo primordial da educação, porém, a mudança dessa relação deve ser feita por meio da transformação interior, incluindo o cuidado de si, as relações com as outras pessoas do mundo, outros organismos vivos. Segundo Reigota (1998), "A educação ambiental deve existir em todos os espaços que educam os cidadãos. Nas escolas, parques e reservas ecológicas, associações comunitárias, sindicatos, universidades, meios de comunicação, etc."

Segundo os PCNs, a educação ambiental "deve permear todas as disciplinas como tema para a compreensão, formando uma disciplina que conhece, ensina, aprende e traduz". Auxiliar na construção de novas formas e possibilidades de relações sociais e modos de vida baseados em valores éticos e humanitários e uma relação mais justa entre o ser humano e os demais seres vivos.

Segundo Loureiro (2009), "educação significa sobretudo 'autotransformação', pois a educação ambiental precisa ser transformadora, educativa, cultural, informativa, política, formativa e sobretudo emancipatória".

Segundo Sato (2004), "a aprendizagem ambiental é um componente importante porque fornece motivos para que os alunos se reconheçam como parte integrante do ambiente em que vivem e pensem em soluções alternativas para os problemas ambientais. À medida que o conteúdo contextual permeia a matéria do currículo e a conecta à realidade da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a relevância dos fatos e a ter uma visão mais clara do mundo em que vive. Para tanto, a educação ambiental deve ser realizada de forma sistemática e com a construção da realidade social em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a formação profissional, garantindo que a dimensão ambiental exista de forma interdisciplinar e nas atividades escolares. O conteúdo do trabalho é necessário para entender o problema, a partir da coleta de dados e pesquisa, pequenos projetos de intervenção podem ser elaborados nas escolas. Os professores desempenham um papel fundamental na sensibilização social para as questões ambientais, incentivando hábitos e atitudes para proteger o meio ambiente e respeitar a natureza. Novas

competências e habilidades sobre a natureza e o meio ambiente devem ser atualizadas, e há a necessidade de implementar um sistema educacional baseado em dinâmicas pedagógicas interessantes e conversas que permitam aos alunos expressar suas ideias e perguntas, proporcionar formas de vivenciar experiências de aprendizagem fora da sala de aula, aulas, passeios pela sua comunidade, empresas e projetos comunitários.

O ambiente em que vivemos deve estar sempre em equilíbrio, novas atitudes e valores, construir conhecimento por meios eficazes e potenciais devem surgir de forma construtiva, em cooperação com uma sociedade justa e um ambiente saudável. Diante disso, fica claro que a educação ambiental nas escolas é uma importante ferramenta para o desenvolvimento por meio de um processo de aprendizagem contínua, sempre buscando um sentido progressivo do indivíduo, e de acordo com a constituição vigente, todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para garantir a validade desse direito, o poder público tem o dever de tomar medidas, entre outras, para promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino público e privado e conscientizar todos para a proteção do meio ambiente.

1. PROBLEMÁTICA DA INVESTIGAÇÃO

1.1. TEMA

Consciência ambiental: Reflexões sobre as mudanças de atitudes e a falta de conscientização ambiental no ensino médio do NEM em escolas públicas.

1.2. PROBLEMA

A vulnerabilidade da orientação ambiental dos professores e das escolas dificultam o despertar da consciência ambiental nos alunos do novo ensino médio?

1.1.2. PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

- É louvável incentivar a pesquisa sobre o meio ambiente para melhorar a interpretação dos problemas ecológicos?

- O uso de estratégias e métodos de trabalho e outras disciplinas contribuem para a compreensão e abordagem das atividades ambientais?

- Conciliar o processo de ensino da educação ambiental tradicional e da consciência, alcança uma aprendizagem mais eficaz?

A principal questão de pesquisa para este tema de pesquisa é a introdução de uma campanha de educação ambiental que pode ser um importante aliado na conscientização dos alunos de escolas públicas do NEM.

Este estudo mostra as dificuldades dos alunos em relação as questões ambientais nas escolas do novo ensino médio (NEM).

Fundamentalmente, o processo de conscientização ambiental começa com a conscientização nas primeiras séries, quando os textos são introduzidos e contextualmente relevantes, fazendo com que os alunos se interessem pelo ato de ler, escrever, produzir textos e interpretá-los. , pois vivemos em uma sociedade que não se preocupa com o meio ambiente em nosso dia a dia.

Como há muitas dificuldades em lidar com as questões ambientais em sala de aula, a fim de compreender melhor o processo de aprendizagem do meio ambiente e aprimorar meu trabalho, tenho estudado este tema, não apenas como suporte para

minhas reflexões, mas também como subsídio teórico para desenvolver em minha pesquisa. Sala de aula, porque o conhecimento é fonte de poder e mudança social.

Um grande problema para os professores de ciências naturais gira em torno da interpretação do problema que os alunos estão tentando resolver.

Em muitos casos, os professores apontaram que o motivo do insucesso foi a falta de educação em leitura e a interpretação do contexto básico do que foi dito, destacando assim a leitura como ponto básico para uma boa interpretação e resolução de textos sobre meio ambiente e ecologia.

As questões ambientais são uma das partes fundamentais de toda a vida escolar do aluno, levando-o a desenvolver guias de conhecimento em todas as áreas da vida acadêmica.

O ambiente depende inteiramente da interpretação e elocução do texto pelo aluno para entender o que ele está lendo no problema de preservação ambiental. Este fato levou os docentes do NEM dedicados ao ensino e aprendizagem a se concentrarem em selecionar e apresentar a diversidade de conhecimentos e práticas, dando aos alunos mais fontes de informação através das quais eles possam encontrar maneiras de entender mais facilmente.

Atualmente, a sociedade vive um momento de reflexão sobre a educação escolar. O desafio que vem é construir um perfil profissional para os professores a partir do seu trabalho em sala de aula, mas isso também se estende ao desenvolvimento de programas escolares, à produção, sistematização e socialização do conhecimento pedagógico e à participação nas discussões da comunidade escolar.

E, como objetivo principal de analisar as dificuldades que os alunos encontram na leitura e interpretação dos problemas ambientais do NEM, propor possíveis referências pedagógico-pedagógicas para ajudar a desenvolver práticas de leitura significativas nos cursos de ciências naturais e, assim, aprimorar o conhecimento da resolução de problemas.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. GERAL

Analisar as vulnerabilidades ambientais das escolas, para que alunos e professores possam maximizar a compreensão dessa relação e desenvolver seu papel consciente do meio ambiente.

1.2.2. ESPECÍFICOS

- Investigar práticas de ensino nas escolas do NEM, que valorizem as competências dos alunos e as questões ambientais.

- Reconhecer as dificuldades que os alunos têm em abordar as questões ambientais.

- Utilizar estratégias de ensino que promovam as questões ambientais, desenvolver atividades instigantes e motivadoras que conduzam os alunos para processos de aprendizagem significativos e agradáveis.

Espera-se, portanto, que os objetivos aqui apresentados forneçam caminhos para que os alunos das escolas pesquisadas do NEM promovam um aprendizado importante sobre o meio ambiente, como reconhecer as dificuldades que os alunos têm em abordar questões ambientais que exigem a proteção do meio ambiente. O professor, como mediador das habilidades ambientais, deve compreender e reconhecer as dificuldades que cada aluno encontra no ambiente da sala de aula e buscar ajuda na interpretação do ambiente de acordo com suas necessidades temporárias.

Em muitos casos, os professores apontaram que a raiz do insucesso estava nos anos iniciais, devido à falta de incentivos escolares e sociais no contexto básico do edital. Dessa forma, o meio ambiente é um ponto de partida que deve ser trabalhado nos anos iniciais, levando os alunos a despertar o interesse pelas questões ambientais.

Programas de ensino bem elaborados fazem com que os alunos se sintam confortáveis com as questões que envolvem a conscientização ambiental. Dessa forma, o meio ambiente é uma das peças fundamentais de toda a vida escolar, social e pessoal do aluno, orientando seu desenvolvimento em todas as áreas de conhecimento propostas para sua vida.

1.3. JUSTIFICATIVA

A consciência ambiental desempenha um papel fundamental na convivência do homem com o meio ambiente. Ninguém pode escapar da educação ambiental. Em casa, na igreja ou na escola, de uma forma ou de outra, todos nós incorporamos partes de nossas vidas: Aprender, ensinar, ambos em várias fatias.

Todos os dias, combinamos a vida com a educação para conhecer, fazer, ser ou viver juntos. Portanto, a educação é um modo de vida. Portanto, a educação afeta nossas vidas. Busca o pleno desenvolvimento e a plena participação dos homens livres na vida social.

A tarefa da educação (educação formal) passa necessariamente pela mudança de valores e pela sensibilização para a integração dos cidadãos no meio social. Nesse caso, ele interfere em seu próprio comportamento, por isso torna-se muito importante viver em harmonia com os outros e com o meio ambiente. As questões ambientais têm sido amplamente discutidas em toda a sociedade, ganhando espaço nas políticas governamentais e na mídia para difundir a consciência de que a relação das pessoas com o meio ambiente deve mudar. A partir dessa ideia, pretendemos mudar.

Mas não só mudanças de consciência, mas também de atitudes, são necessárias para promover outras mudanças profundas e inofensivas que terão fortes efeitos sociais agora e no futuro, tanto em comportamentos individuais, atitudes e aspectos de valores da cidadania.

Diante do ambiente social, econômico e ecológico que vivemos, a questão de aliar o paradigma do desenvolvimento sustentável com a educação ambiental é o principal desafio da modernidade da proteção ambiental, para o qual é necessário mudar. Todos os membros desta sociedade devem demonstrar uma postura social de

forma a ter uma abordagem mais realista e integrada das questões ambientais e o compromisso de garantir um ambiente sustentável para as gerações futuras. Afinal, esse é o papel mais importante que uma escola tem a desempenhar e desenvolver adultos com práticas prioritariamente reflexivas que dominem o ambiente sem desencadear um processo ininterrupto de dissonâncias, mas convivam com ele. A educação ambiental não deve ser vista como algo fora do cotidiano dos alunos, mas como parte de suas vidas.

Fundamentalmente conscientes de proteger o meio ambiente para nossas vidas e seres, afinal vivemos nele e necessitamos de todos os seus recursos, as coisas naturais são sempre puras. Esse senso de preservação deve começar cedo porque é mais fácil para as crianças entenderem a importância da natureza, e quando esse tipo de ensino começar logo, é claro que elas crescerão com essa boa ideia. Vamos desenvolver nossas atividades de forma lúdica e interdisciplinar, priorizando todos os eixos temáticos.

A educação ambiental não deve ser vista como algo distante do cotidiano dos alunos, mas como parte de suas vidas. Conscientização da conservação é fundamental. O ambiente em que vivemos e todas as criaturas em que vivemos precisam de todos os seus recursos naturais para permanecerem puros em todos os momentos.

Essa consciência nas questões do meio ambiente deve começar cedo porque é mais fácil para as crianças entenderem a importância da natureza, e quando esse tipo de ensino começar logo, elas certamente crescerão com essa boa ideia. Um fator fundamental na proteção do meio ambiente é a reciclagem, pois retira do meio ambiente coisas que levam décadas para se decompor. Existem várias maneiras pelas quais as crianças podem começar a entender a importância da reciclagem na escola. A aula de arte é perfeita para essa iniciação porque cria a magia dos materiais reciclados, as crianças aprendem muito e claro que crescem para serem melhores adultos no assunto. Assimilação das crianças acesso rápido às informações, elas certamente aprenderão a reciclagem e o plano da conservação. Notavelmente, conduziremos nossas atividades de forma interdisciplinar. Todos os eixos temáticos são priorizados.

Essa questão ambiental também é de extrema importância para que a sociedade como um todo busquem alternativas que não prejudiquem ainda mais a saúde do planeta.

1.4. DELIMITAÇÃO ESPACIAL

Os estudos de campo foram realizados em três escolas de rede estadual da Educação Pública do novo ensino médio, numeradas, em: Escola I, Escola II e Escola III. As escolas ficam em Alta Floresta D'Oeste-RO, residio e trabalho na cidade por 4 anos. A escola I sendo o meu local de trabalho como docente, é uma escola nova e grande, mas mesmo assim, há muito trabalho a ser feito para ser uma boa escola e ter todo o material didático adequado e atualizado. A escola possui sala de jogos, biblioteca, laboratório de informática, laboratório com 13 salas de aula, salas modulares, pátio coberto para palestras, apresentações de projetos e reuniões, quadras esportivas, cozinha com refeitório, além de instrução, tutoria, coordenação instrucional, secretaria e espaço e responsabilidade. A administração escolar está fazendo tudo ao seu alcance para buscar atender às necessidades existentes. Conta com uma equipe docente parceira dos professores, sempre buscando ajudar a atender da melhor forma possível as necessidades emergentes. Os professores trabalham a maior parte do dia em outras escolas da rede municipal ou estadual e completam a sua carga horária nas turmas noturnas do NEM, dificultando o comprometimento a reuniões com todos os professores, pois alguns também trabalham em outra escola à noite.

Escola II também esteja na cidade de Alta Floresta D'Oeste-RO, escolhi a escola acima porque participei de um dia de conferências online na rede nacional e vi alguns trabalhos da administração escolar e desenvolvimento escolar. funcionários, pois mesmo durante a pandemia não deixaram de prestar um excelente atendimento aos alunos. Eu gosto dessa abordagem porque os gerentes falam no dia da reunião. Então, fui para aquela escola, onde me apresentei como professor pesquisador, para o projeto de pesquisa "Consciência Ambiental", onde tornei pública minha pesquisa e pedi à professora que colaborasse com alguns dos alunos que estavam participando na época. , por estar em dia com a pandemia e trabalhar online dificultando a entrada

dos alunos na escola, pediu a diretores e professores que entregassem questionários aos alunos. Após deixar o questionário em branco na escola por um mês, recebi o questionário enviado pessoalmente pela diretora, em um envelope contendo o questionário, que professores e alunos responderam com atenção e o preencheram no prazo possível.

Escola III, também localizada no município de Alta Floresta do Oeste- RO. Escolhi esta escola por ser uma boa escola com espaços amplos e confortáveis, 10 salas de aula, biblioteca, sala de leitura, sala de informática, cozinha com refeitório, sala da direção, coordenador pedagógico, orientação pedagógica, secretaria e terraço coberto. Bem-vindo aos alunos e professores que buscam uma educação de qualidade na vida adulta. A diretora da terceira escola foi muito prestativa, o que facilitou a pesquisa, e quando me apresentei como professor pesquisador, o projeto de pesquisa "Consciência Ambiental nas Escolas Públicas". Quando tornei pública minha pesquisa, pedi aos professores que colaborassem com alguns alunos que pouco participavam na época. Devido à pandemia, os cursos eram ministrados online de forma híbrida pelos os professores, o que dificultava o acesso dos alunos na escola. Foi de responsabilidade da diretora e professores para entregar e recolher questionários preenchidos por alunos e professores. Três semanas após o prazo, o diretor me enviou o envelope do questionário preenchido; eu o recebi dentro do tempo estipulado.

1.5. DELIMITAÇÃO TEMPORAL

O projeto de pesquisa-ação "Consciência Ambiental nas Escolas Públicas", em três escolas da Rede Pública Estadual, nas Escolas I, II e III, teve início em agosto de 2021 e foi prorrogado nos meses seguintes até o final do ano. Dezembro de 2021, incluindo assim um estudo de 5 (cinco) meses. Na primeira escola, foi considerado o espaço em janeiro de 2021, referente às férias escolares, que se iniciaram em fevereiro e terminaram em dezembro de 2021, com muitas observações, experimentos e estratégias de trabalho, métodos modificados, além de muitas atividades cuidadosamente planejadas. Atividades recreativas e outras atividades: Todas criteriosamente selecionadas para aprimorar o trabalho do professor em sala de aula.

1.6. LIMITAÇÕES

As principais limitações para a execução de um projeto de pesquisa-ação são a falta de acervos bibliográficos disponíveis, a distância da escola a ser pesquisada, principalmente a pandemia dificultando tudo, a impossibilidade de acesso a campo durante o distanciamento social (lockdown) para conduzir adequadamente o atendimento presencial, investigações presenciais.

No início do estudo de campo, a pandemia estava em seu pior momento, não havia vacinas, as escolas fechavam tudo e todos estavam em Rondônia de acordo com o nº 1 para prevenir e combater a epidemia causada pelo novo coronavírus do decreto, reafirmando a declaração do estado de calamidade pública em todo o território do estado", expedido pelo governo do estado de Rondônia, tornando a biblioteca inacessível, a biblioteca municipal foi fechada por dois anos por falta de condições de trabalho, encontrei alguns livros na Secretaria Municipal de Educação para pesquisa bibliográfica.

O estudo teve como foco as turmas do novo ensino médio (NEM), mas devido à falta de alunos necessários para realizar a pesquisa de campo, também foram aplicados questionários a alunos do noturno. fazendo perguntas significativas e instigantes, guiando-os através de práticas ambientais e que desperte autonomamente seu gosto pelo meio ambiente. Para realizar este estudo, foi necessário entrar em campo sem nenhuma rede de segurança relacionada à saúde, então as entrevistas planejadas antes do projeto foram substituídas por questionários aos alunos e professores aqui pesquisados, devido à pandemia", distanciamento social. "Por causa dos terríveis casos de contágio, fui apenas uma vez a essas escolas e contei com a colaboração de meus amigos, diretores, professores e alunos para coletar pesquisas e enviá-las para mim".

Na escola onde trabalho também não é fácil, por causa do modelo híbrido de retomada das aulas, temos pouquíssimos alunos na escola porque os alunos não foram vacinados e os professores tomaram apenas uma dose da vacina, e situação, as classes em classe não são confiáveis.

1.7. OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

De acordo com o estatuto nº 25.853, de 2 de março de 2021, em que, “Para prevenir e combater a epidemia causada pelo novo coronavírus, um sistema de distanciamento social controlado [...] Amostras para análise de dados de estudo de campo. No projeto proposto, na operacionalização da variável, foi por meio de questionário aos respondentes, mas devido à pandemia, amparada pelo citado decreto, foi alterado para questionário devido ao distanciamento social.

Os estudos de campo foram realizados em 3 (três) escolas, localizadas em comunidades diferentes e um pouco distantes umas das outras, com realidades educacionais, culturais e sociais diferentes da rede nacional de Rondônia. Assim, os atores envolvidos são 20 (vinte) professores que atuam em salas do NEM; e 120 (cento e vinte) alunos que frequentam suas respectivas escolas. Conforme já relatado no artigo, a origem do estudo de campo foi por meio de pesquisas remotas de professores e alunos, seguidas de uma análise das respectivas respostas dos participantes.

1.8. HIPÓTESES

1.8.1 hipótese - 01

Atividades de conscientização e interpretação das questões ambientais podem ser importantes aliados no processo do ambiente escolar do NEM.

Acredita-se que o uso da conscientização sobre as questões ambientais nas escolas públicas oferece aos professores a possibilidade de promover trabalhos com diferentes conteúdos de forma contextualizada, ampla, e utilizar uma linguagem mais compreensível, relacionando conceitos ambientais à real situação dos alunos, demonstrar de forma prática a aplicação das competências ambientais na vida de todos.

Assim, o trabalho do professor em sala de aula, aliado à conservação e conscientização ambiental, pode destacar e desenvolver novas habilidades, ajudar a organizar o pensamento mais ecológico, auxiliar na interpretação de dados,

contextualizar e problematizar, refinar soluções, esclarecer conteúdos e suas aplicações, para tornar o aprendizado sobre o ambiente mais interessante para os alunos do novo ensino médio (NEM).

1.8.2. Hipótese - 02

O processo de ensino e aprendizagem em educação ambiental é limitado à educação e não utiliza o eixo temático da escola para estimular a capacidade de interpretar e resolver situações cotidianas. É claro que todos os assuntos envolvem consciência ambiental.

Sob esse ponto de vista, os problemas identificados nessa relação professor e aluno são importantes, pois nas aulas técnicas a maioria dos alunos apresenta apatia, comportamento adaptativo, falta de empatia e falta de compromisso com o processo de aprendizagem. Esses problemas geralmente decorrem da dificuldade de entender os métodos que os professores usam na sala de aula.

Conclui-se que o problema do ensino nas aulas técnicas se expressa nisto: Nas aulas teóricas, muitas vezes os alunos resistem em não copiar a aula, pois, na opinião deles, ela não é útil para o seu cotidiano, outros não conseguem dominá-la, e os professores. Para os docentes, esses problemas têm um grande impacto no desenvolvimento intelectual dos alunos.

Os problemas que surgem no ensino do NEM, decorrem da falta de conscientização ambiental de sua importância no cotidiano escolar, devido a fatores como a deterioração de conteúdos inapropriados anunciados pelas escolas. O conteúdo padrão de livros didáticos moldado pela natureza da globalização. Isso não significa mudança, portanto, questões de ensino e aprendizagem permanecem, e poucos professores estão dispostos a iniciar grandes mudanças nas disciplinas curriculares.

Fica claro que o processo de educação ambiental não se limita à educação tradicional e não estimula a capacidade de interpretar e resolver situações cotidianas, mas também o uso da capacidade de raciocínio dos alunos. No entanto, nas atividades de consciência ambiental nas escolas do NEM, os professores precisam

trabalhar de forma interdisciplinar com o conteúdo cotidiano dos alunos. Nesse contexto, a atividade de leitura e interpretação constitui a base do processo de ensinar aos alunos habilidades de resolução de problemas. No entanto, é responsabilidade da escola promover um ambiente interativo a fim de apresentar soluções aos professores atuais e assim alterar o conteúdo do ambiente de forma agradável e interessante.

Portanto, a combinação de leitura e interpretação nos cursos técnicos é importante, pois representa uma mudança significativa em relação ao ensino, pois nessas atividades os alunos não aprendem primeiro as questões técnicas, mas ao mesmo tempo em geral.

2. MEIO AMBIENTE: O DESPERTAR DA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL ENTRE OS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

No campo do meio ambiente em que se baseia esta reflexão, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente de 1972, realizada em Estocolmo, na Suécia, produziu as primeiras normas em nível internacional, abordando o meio ambiente. Deslocar o foco do que era efetivo no passado para o eixo de cobrir o meio ambiente com qualidade de vida e vê-lo como um direito humano inerente. Nesta frase, o equilíbrio ecológico foi concebido na conferência de 1972, com a proteção ambiental contida em sete pontos distintos no preâmbulo, além de 26 princípios de conduta e responsabilidade destinados a orientar a tomada de decisões sobre questões ambientais, com o objetivo de garantir quadros vivos e sustentabilidade dos recursos naturais (PASSOS, 2006).

Entre os princípios e paradigmas que emergiram da Conferência de Estocolmo em 1972, é importante dar especial ênfase ao Princípio um, especialmente porque expressa com clareza deslumbrante que o meio ambiente é um elemento essencial do desenvolvimento humano, uma condição indivisível para o desenvolvimento humano. Realizar uma série de outros direitos, como liberdade, igualdade e condições de vida adequadas. Para tanto, a redação dos artigos citados pode ser vista nesta palavra: "O homem, que é livre, igual e, ao mesmo tempo em que lhe permite viver com dignidade e gozar da felicidade, tem o solene dever de proteger e melhorar o meio ambiente para o presente e futuras gerações" (Nações Unidas, 1972).

A definição legal de meio ambiente não se tornou realidade no ordenamento jurídico brasileiro até a promulgação do artigo 3º da Lei, a influência e interação de propriedades físicas, químicas e biológicas que permitem, abrigam e administram todas as esferas da vida (Brasil, 1981).

De fato, o mesmo diploma legal estabelece, na redação de seu artigo 2º, o meio ambiente como "bens públicos que devem ser assegurados e protegidos para uso coletivo" (Brasil, 1981).

Além das considerações apresentadas até aqui, cabe destacar que, segundo Paulo Affonso Leme Machado (2013), a referida lei define o meio ambiente em sentido amplo, entendendo que ele afeta tudo o que a vida permite.

A esse respeito, Fiorillo (2012), comentando sobre o significado conceitual do meio ambiente, destaca que o assunto se baseia em uma ideologia jurídica incerta, cabendo aos intérpretes jurídicos facilitar sua realização.

Dada a fluidez do assunto, é possível destacar que o meio ambiente está intimamente ligado aos componentes que cercam o ser humano que são críticos para sua existência. O Ministro Luiz Fux ao considerar a ação direta nº 1 inconstitucional. 4.029, com bastante pertinência afirmava: “ O meio ambiente é um conceito que hoje está associado à saúde pública, à saúde de todos, à qualidade de vida saudável, e a constituição diz que é por isso que eu falo de saúde, e todos nós sabemos hoje está entrelaçado, e está geminado conceitualmente com o próprio desenvolvimento”.

Se costumávamos dizer que o meio ambiente é compatível com o desenvolvimento, hoje dizemos que, segundo a constituição, tecnicamente só há meio ambiente ecologicamente equilibrado, e não há desenvolvimento parece que o conceito de união é tecnicamente estrito porque deriva da própria Constituição Federal. (Brasil, Supremo Tribunal Federal).

Decisão nº 4.029/AM Ação Direta de Inconstitucionalidade. O Prof. Celso Fiorillo passou a elaborar e compartilhar seu entendimento sobre a amplitude da definição jurídica, acrescentando que a intenção do legislador era criar um conceito jurídico incerto que desse um espaço positivo para que as normas ocorressem. (Fiorillo, 2012).

Além disso, é importante perceber que o conceito de meio ambiente foi explicitamente aceito pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nesse sentido, a redação do artigo 225 da Constituição original estabeleceu a proteção das mercadorias de direito ambiental. Cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida de todas as gerações presentes e futuras. Neste contexto, José Afonso da Silva (2011), entende que dadas as deficiências dos legisladores na criação de normas artísticas. O artigo 3º (I) da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, não se preocupa em delimitar os bens jurídicos. Ao mesmo tempo, com a nova realidade

jurídica da Constituição Federal de 1988, tornou-se possível outra definição, aquela do que se considerava uma tutela jurisdicional mais ampla e abrangente.

Nesse sentido, o meio ambiente é definido como “o jogo de elementos naturais, artificiais e culturais que proporcionam um desenvolvimento equilibrado para todas as formas de vida” (SILVA, 2011).

Além disso, o reconhecimento de que o meio ambiente foi elevado como um direito de todas as pessoas, presentes e futuras gerações, reconhece de forma clara que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito tridimensional típico, ou seja, um direito em o disfarce da solidariedade que supera o individualismo a conotação do ser humano coletivamente como destinatário.

Isso leva ao entendimento de José Afonso da Silva (2011), em que é visto como um patrimônio cuja preservação, restauração ou revitalização tornou-se um imperativo do poder público e, como tal, busca melhorar a qualidade de vida. Com o novo sistema introduzido pela redação do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, o meio ambiente passa a ter autonomia, ou seja, não tem nada a ver com os danos causados ao ser humano, a fim de evitar condenação pelos atos praticados. O axioma em análise diz respeito ao meio ambiente como veículo para uma qualidade de vida saudável, ou seja, ele se manifesta na saúde, principalmente em relação à espécie humana, trata-se de felicidade e condições mínimas de existência. Da mesma forma, os pilares da análise são em termos de saúde, observância das regras de equilíbrio ecológico e proteção de todas as formas de vida, diversidade de espécies (WRANGELL, 2012).

2.1.1. Preservação ambiental

Diante da exploração massiva do conceito de identificação do direito ambiental, o conteúdo mais recente do direito ambiental é preenchido e acompanhado por intérpretes jurídicos. Assim, o conceito de meio ambiente está enraizado nos inúmeros princípios, diretrizes e objetivos que compõem o estado jurídico do meio ambiente da sociedade. Conclui-se que o fato de o direito ambiental ter como principal objetivo a

proteção da vida saudável não pode ser ignorado, portanto, a incorporação de princípios básicos é indissociável da realização do objetivo de salvaguardar um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. A dialética entre natureza e realidade social é uma unidade constantemente oxigenada que está longe de ser invulnerável, mas em constante mudança.

A visão mais tradicional do ambiente é baseada na formação natural, na qual são validadas as interações entre os fatores bióticos e abióticos, aceitando a designação que forma o ambiente natural ou ambiente físico. Nessa perspectiva, as mais diversas formas de vida são entendidas como fatores biológicos, que obviamente incluem animais, plantas, fungos, bactérias e protozoários. Por outro lado, os fatores abióticos são considerados todas as influências que os seres vivos podem experimentar em um ecossistema, desde elementos químicos, físicos ou físico-químicos.

Além disso, o Artigo 3 (V) da Política Nacional do Meio Ambiente reconhece explicitamente os fatores abióticos como recursos naturais, e seus termos incluem atmosfera, águas interiores, superficiais e subterrâneas, estuários, mares territoriais, solo, subsolo, biosfera, flora e fauna (BRASIL, 1981).

Coerente com o que foi despendido até agora, é hora de afirmar que a tutela e proteção do meio ambiente natural, e a responsabilidade do poder público em garantir a efetivação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, está no artigo 225, no art. especial o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, consubstanciado nos termos das disposições alternativas. Proteger e restaurar processos ecológicos básicos, proporcionar o manejo ecológico de espécies e ecossistemas (item 1), proteger animais e plantas e proibir legalmente atos que coloquem em risco suas funções ecológicas, levando à extinção de espécies ou sujeitos, crueldade contra animais (item VII).

No entendimento de José Afonso da Silva (2011), a Constituição Federal confere o poder ao público, interpretado como o ente federal do estado (união, estados membros, distritos federais e municípios) responsável pela proteção ambiental. Da mesma forma, por falta, as perspectivas contemporâneas exigem superar explorações

paradigmáticas utilitárias do meio ambiente e começar a reconhecê-lo como uma teia complexa e sensível de relações e interações que atinge o ser humano.

O ambiente natural só será protegido quando se perceber que os elementos que o compõem devem ser objeto de uma política harmoniosa de proteção do ecossistema dentro de um conceito amplo. Nesse sentido, pode-se verificar que, dada a continuidade evolutiva dialética entre a realidade natural e a social, que reflete diretamente na criação contínua de novos princípios do direito ambiental, é preciso destacar que essa característica se estende à construção teórica do ambientalismo. Doutrinas, pesquisas que, em última instância, não possuem um foco unificado nos princípios ambientais, bem como a nomenclatura e subdivisões adotadas em seus objetos de análise, que se baseiam nas principais estruturas jurídicas ambientais firmadas em âmbito internacional (tratados, convenções internacionais e acordos sobre legislação ambiental) e normas nacionais instrumentos ambientais (MACHADO, 2012).

Ainda com base nessa elaboração, do ponto de vista dogmático do princípio da precaução ambiental, é possível destacar a função originária de evitar a ocorrência de riscos e danos ambientais irreversíveis, e essa proteção inicia-se no campo do direito ambiental.

Entre estudiosos como Firorillo (2012), é indiscutível que o dogma exposto, além de ser a base para a construção do direito ambiental, constitui um poderoso guia para a política ambiental. Nesta etapa, diante da crise ambiental que restringe o desenvolvimento econômico, de forma sustentável, a degradação ambiental tornou-se a preocupação constante de todos aqueles que buscam uma melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

O princípio da precaução inclui, portanto, antes de mais nada, tomar medidas para prevenir danos ao meio ambiente, reduzindo e, sempre que possível, eliminando suas causas. Ainda nesse caminho, vale aproveitar o que Ramos estabeleceu: "Prevenção é uma palavra ambígua, mas seu significado principal é essencialmente antecipação, antes da chegada, ação para evitar que o mal aconteça, tomar medidas de antecipação contra algo". Ou alguém. É isso que o termo significará no direito ambiental (RAMOS, 2010).

Entre outras coisas, no que diz respeito à arte da leitura, o ordenamento jurídico pátrio observa o princípio da precaução. 225 § 2º, Constituição Federal de 1988 e art. 4º, VI, da Lei nº 6.938/81, que estabelece que o objetivo da política ambiental nacional é proteger e devolver os recursos ambientais ao seu uso racional e permanente disponibilidade, contribuindo para a manutenção de um equilíbrio ecológico favorável à vida. Da mesma forma, o ordenamento jurídico brasileiro incorpora o princípio da precaução na Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) e na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998). Importa ainda referir que o termo preservação indica de forma clara e indiscutível que a prevenção é um dos objetivos deste diploma.

Como conclui Milaré (2011), a prevenção trata de um risco ou efeito conhecido pela ciência, ou seja, trabalha com o risco certo, específico. A prevenção é buscar a compatibilidade entre as atividades licenciadas e a proteção ambiental.

Portanto, o princípio da precaução se aplica quando há necessidade de eliminar danos que foram devidamente definidos e justificados de determinada forma e determinados por especialistas para evitar consequências adversas para o meio ambiente em situações perigosas, ou seja, informar o processo decisório antes do dano ocorre.

2.1.2. Trabalhos ambientais (sustentabilidade)

À medida que entramos no século 20, a conscientização sobre o comportamento da degradação ambiental continuou a aumentar, e a sociedade tornou-se mais ousada em relação às questões relacionadas às mudanças climáticas impulsionadas pela industrialização e desenvolvimento econômico. Sob a crise ambiental existente, criam-se condições sistêmicas para orientar a sociedade em direção a um novo conceito (desenvolvimento sustentável). Esse conceito ganhou destaque incomum na década de 1990, tornando-se um dos termos mais usados para definir novos padrões de desenvolvimento (BELLEN, 2005).

Neste momento, a questão central da sustentabilidade é a mudança de hábitos e atitudes, mais do que as tecnologias desenvolvidas para manter a sustentabilidade, ideia que as autoridades enfatizam para alcançar melhores condições de vida para as

gerações futuras; “Não basta poluir e governar, não poluir”. Há movimentos e ações, organizadas ou não, que são pequenas ações sustentáveis que beneficiam o cotidiano dos cidadãos. Dentre essas organizações podemos citar o eixo central do Ministério do Meio Ambiente. Links para recomendações para reduzir, reutilizar e reciclar referências. Hoje, a proposta é mais complexa e dividida em cinco partes (reduzir, reutilizar, reciclar, reeducar, reprogramar).

O objetivo é reaproveitar todos os objetos feitos por sistemas não biológicos, evitando possíveis extrações do meio ambiente. Podemos destacar alguns exemplos. (A prata é recuperada em filme de raios X ou reaproveitada por reaproveitamento direto, como no caso das garrafas recicláveis. A reciclagem é uma forma específica e consagrada de reaproveitar matérias-primas como papel, plástico, latas de alumínio e aço, pneus, vidro, em que uma quantidade substancial de material é produzida a partir de material capturado no mercado e depois processado para comercialização (RODRIGUES, 2015).

A proteção ambiental é vista de um ponto de vista defensivo, baseado apenas no estrito cumprimento das leis vigentes à época, apenas para estimular soluções corretivas, e do ponto de vista econômico, a sustentabilidade é considerada necessária, pois reduz o desperdício de matéria-prima para adesão as propostas ambientais para as empresas transmitem uma boa imagem. Dessa forma, a atenção à conservação é globalizada, proporcionando um importante marco para o desenvolvimento sustentável. Como ser vivo, o ser humano é inerente ao meio social, possui necessidades básicas e precisa contar com um sistema de interação entre os recursos econômicos e os elementos naturais do meio ambiente.

Na década de 1980, foi criado um instituto chamado pelo meio ambiente, visando o desenvolvimento econômico, possibilitando à sociedade suprir suas necessidades básicas, atendendo as necessidades do presente com sustentabilidade, de modo a não afetar as necessidades da população, as necessidades das futuras gerações (ISMAEL, 2018).

2.1.3. Educação ambiental escolar

Quando consideramos os avanços da tecnologia e dos mercados para ampliar o conhecimento que os alunos adquirem em seu cotidiano, pouco se discute sobre como esses avanços e tecnologias podem trabalhar juntos para tornar o ambiente em que vivemos mais agradável e saudável, e para tanto, especialmente para as gerações futuras, elas contam conosco e com os alunos para garantir sua qualidade de vida, pelo menos tão boa quanto a nossa, pois devido à falta dessa consciência ambiental, ela está se tornando cada vez mais prejudicial à natureza, impossibilitando para sobreviver a longo prazo.

A metodologia e as práticas de ensino adotadas décadas atrás tendiam para a educação tradicional e mecanicista, sem levar em conta qualquer atitude de consciência, seja ambiental ou social, a finalidade de educar crianças e simplesmente aprender a ler e escrever, não as preocupações pedagógicas são pensar e refletir sobre o mundo e as coisas ao seu redor, com o passar dos anos, essa abordagem mudou, seu foco mudou para o mercado de trabalho, o foco do professor é desenvolver o mercado estudantil, momento em que a produção é supervalorizada, levando a mais produto, levando a mais desperdício, tanto na produção quanto no produto final, e esse acúmulo gera transtornos e preocupações em reduzir os problemas decorrentes da redução dessa superprodução.

Desde então, o quadro pedagógico mudou, de projetos de reciclagem nas escolas primárias, para novos currículos do ensino superior com foco em questões de conscientização e reflexão social, no sentido de que se destacam as atividades relacionadas à conscientização ambiental. Interesse por um setor mais humano e preocupação em manter as reservas naturais que garantem a vida em nosso planeta. Nossa educação se concentra no interesse pelo amanhã e pelos recursos naturais que garantem sua chegada. Atualmente, é comum que as escolas valorizem atitudes sustentáveis e promovam atividades sobre a importância de proteger o meio ambiente.

Para reaproveitar o material da lixeira, os alunos aprendem a dar mais valor ao que podem se tornar novos produtos e o mais importante, diminuir a quantidade de

lixo gerado pela sociedade, além disso, quando o professor consegue passar a mensagem para seus alunos de que a mensagem é multiplicada, a mensagem será repassada para as famílias e aqueles ligados aos alunos, contagiados e motivados pelos comportamentos aprendidos na escola, serão multiplicadores de informações. A educação ambiental torna-se, assim, uma prática social preocupada com a preservação de suas riquezas. Se o meio ambiente é agredido, agredido, violado em razão do rápido crescimento populacional, resultando em declínio da qualidade do meio ambiente e de sua capacidade de sustentar a vida, não basta condenar os danos causados. O processo educativo é necessário, tem uma atitude pró-ambiental e social.

É claro que o crescimento populacional em si não pode ser considerado um grande mal que agride e destrói o meio ambiente, as necessidades dessa população de se alimentar, vestir e se locomover são fatores que interferem no meio ambiente, pois todos esses consumos são feitos de forma desordenada. E não percebendo a necessidade de um compromisso com os resíduos gerados, além disso, não existe uma política efetiva de gestão da produção deste insumo, nossa sociedade não está educada para lidar com os resíduos, desta forma, este conceito de responsabilidade ambiental é para nós novo, está se concretizando com o interesse da escola em formar os alunos para que as gerações futuras possam abraçar e gerir melhor o tema.

De acordo com a Lei 9.795/99, A educação ambiental é entendida como o processo pelo qual indivíduos e comunidades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à proteção do meio ambiente, benefício que as pessoas utilizam em conjunto e são essenciais para uma qualidade de vida saudável e sua sustentabilidade (LEI 9.795). 1999, Artigo 1). A humanidade está unida diante do universo, por isso deve estar unida e sensível à proteção ambiental.

Para Brandão (1995), "A sensibilidade oferece esperança para novas relações, responsabilização pelo presente e pelo futuro, não só para as gerações humanas, mas também para outras gerações de seres vivos". Ao tomarmos conhecimento desse tema, surge um leque mais amplo de dependentes da educação ambiental, pois é por essa consciência que tantas espécies são preservadas, não apenas as racionais, ainda que conscientes de seu comportamento, ainda sozinhas responsáveis pela degradação do o meio ambiente, como para as espécies irracionais, porque os

humanos não conseguem entender que proteger o meio ambiente é uma forma de proteger suas próprias vidas.

Além de ser um processo educativo das questões ambientais, a educação ambiental também aborda questões socioeconômicas, políticas, culturais e históricas por meio de uma ou outra interação desses campos com o meio ambiente, de modo que é um tema de alto nível. Interdisciplinar e contribui muito para o processo de alfabetização do aluno. Sua aplicação tem a extensão de auxiliar a formação de cidadãos, de forma que vá além do aprendizado tradicional, para promover o crescimento dos cidadãos e, conseqüentemente, o crescimento da nação, daí sua importância. Por sua abrangência e abrangência, a educação ambiental aumenta o engajamento da comunidade e conscientiza todos os participantes, professores, alunos e comunidade em estudo, de que é um tema que precisa evoluir com os tempos antes de desenvolver a interação necessária.

Na sociedade atual, a natureza não tem mais um ponto de referência. As pessoas são atraídas por novas tecnologias e ambientes urbanos, com pouca relação natural com a cultura da terra. Para não piorar a situação, é preciso agir e proteger o meio ambiente, mas há interesse, a partir do conceito de design e decoração, em buscar o resgate ecológico, e logo observar alguns por meio de escolas, partidos políticos, ONGs, etc. Isso mostra que o resgate pode ser buscado, tentando preservar o meio ambiente, mas é claro que o aprendizado é mais eficaz se a atividade envolver situações da vida real, o ambiente em que os alunos vivem, sempre visando demonstrar que os recursos ambientais só estão disponíveis para todos se utilizados e preservado adequadamente traz vantagens.

Um dos métodos que podem ser utilizados para estudar as questões ambientais é por meio da educação consciente e de programas voltados para a responsabilidade ambiental individual, a capacidade de mudar o comportamento de inúmeros alunos, torná-los influentes na defesa do meio ambiente, tornar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável.

2.1.4. Dificuldades e desafios da educação ambiental no ensino de escolas públicas

Muitas são as dificuldades e desafios da EA no Ensino Fundamental em escolas públicas. Por meio de pesquisas podemos constatar que a maioria dos professores tem consciência da responsabilidade socioeducativa que lhes é confiada e tem um consenso sobre a importância dos temas transversais. No entanto, a EA tem constataram que a aplicação está relacionada a isso, existem barreiras para atividades relacionadas ao tema. Notavelmente, os professores tinham algum conhecimento sobre o assunto, mas não se envolveram, realizaram treinamentos relacionados a ele e não incorporaram o tema EA como um tema transversal em seus planos de aula. Outra dificuldade foi que os professores questionaram a falta de materiais didáticos, os próprios livros didáticos não possuem conteúdos relacionados às questões ambientais, então é necessário utilizar outros métodos e outros materiais que possam ser úteis, mas as escolas pesquisadas não os disponibilizaram, tornando o trabalho mais difícil.

Além disso, a comunidade escolar carece de maior compreensão e cooperação na implementação de ações que contribuam para a melhoria do meio ambiente. Desta forma, as questões ambientais são vistas como possíveis e não específicas. Observou-se que as escolas tentam disseminar conhecimentos prontos sobre o meio ambiente e suas questões para os alunos de forma isolada e fragmentada, e a forma como essas escolas implementam a educação ambiental é apenas como um programa especial extracurricular, sem continuidade, descontextualização, fragmentação.

E fora de sintonia, apesar das disposições do MEC para a educação ambiental, as práticas educativas que integram as disciplinas não têm sido efetivamente desenvolvidas. Dessa forma, as questões ambientais são apresentadas aos alunos de forma confusa, pois eles só sabem que a conservação da natureza é necessária, mas as políticas de impacto que os capacitam a compreender a necessidade de conservação e uso consciente dos recursos não estão aptos para essa realidade.

Eles são, em última análise, ouvintes e não praticantes, e devem exercer essa consciência de suas realidades e comunidades quando devem ser motivados por meio

de atividades e projetos. Podemos analisar que de acordo com o PCNs e a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, a EE não está funcionando como deveria porque os professores não estão motivados ou capacitados, as escolas não estão dando condições adequadas para realizar tal trabalho e sabemos que o professor não recebe a atenção que merece, os salários são baixos, ele não tem motivação para ir além do que sua disciplina deveria orientar os alunos, considerando que todas as disciplinas deveriam estar fazendo EA de forma integrada, mas essas condições levam a um total desânimo do professor, que é as principais dificuldades encontradas pela escola.

Diante de todas essas dificuldades que a educação ambiental enfrenta, vemos também outro fato, mais grave, pois a situação nas escolas públicas é mais precária, com as comunidades escolares reclamando que as escolas não estão oferecendo condições adequadas para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, em função de sua própria carência de investimento. Deve haver uma inter-relação entre as disciplinas e as comunidades do currículo escolar para que, juntas, realizem a educação ambiental voltada para a mudança do comportamento humano, e a escola se torne um meio transformador da cultura e, principalmente, da conscientização das questões. Comece com sua própria realidade.

Considerando a importância da temática ambiental, é necessário desenvolver o conteúdo, ou seja, a conscientização para a resolução dos problemas ambientais por meio da atitude participativa de professores, alunos e sociedade, pois as escolas devem proporcionar a possibilidade de sua conscientização e motivação para participar ativamente. Outro desafio é a necessidade de dar aos educadores condições de se engajar em temas e atividades de educação ambiental que resultem em práticas pedagógicas, materiais didáticos, guias curriculares e projetos que estimulem o debate, a reflexão sobre as questões ambientais e a construção do pensamento crítico. A consciência.

É importante articular ações educativas que visem a proteção do meio ambiente, sendo a escola o espaço mais adequado e privilegiado para a realização dessas atividades, pois por meio da educação ambiental ela deve levar os alunos a buscarem os valores que levem à convivência em harmonia com o meio ambiente. meio ambiente, conscientizando para tentar produzir novos conceitos e valores sobre a natureza, alertas sobre o que pode e deve ser feito para proteger o meio ambiente,

tentando assim criar um equilíbrio entre o homem e a natureza para um mundo melhor, e desta forma divulgando esse conhecimento para a sociedade.

2.2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SUAS FINALIDADES

Buscando entender o que a educação ambiental é a base da sociedade. Então hoje vamos falar sobre o conceito de educação ambiental, qual é a sua finalidade, como fazer sua parte etc. A educação ambiental visa despertar a consciência ambiental de todos. Em outras palavras, seu objetivo é criar oportunidades de conhecimento que possam mudar comportamentos associados à proteção da natureza.

A sustentabilidade também deve ser integrada à educação ambiental. Além disso, as famílias e as escolas têm a responsabilidade de educar as crianças sobre a proteção do meio ambiente. Ajudar a reconhecer e compreender claramente a existência de interdependência econômica, social, política e ecológica entre as áreas urbanas e rurais; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, valores, atitudes, interesses positivos e atitudes necessárias para proteger e melhorar o meio ambiente; e a sociedade como um todo, em termos de meio ambiente, induzem novas formas de comportamento.

2.2.1. A escola na educação ambiental

Diante de toda essa importância dos temas ambientais e de uma visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, as escolas se destacam na implementação de atividades que promovam essa reflexão, pois isso requer atividades em sala de aula e atividades de campo, orientadas para a ação e interdisciplinares. E processos participativos que levam à autoconfiança, atitudes positivas e comprometimento pessoal com a proteção ambiental (DIAS, 1992).

É importante ressaltar que as gerações resultantes crescerão em novos modelos educacionais, criando novas visões do que é o planeta. No entanto, as escolas muitas vezes atuam como mantenedoras e replicadoras de ambientes ou culturas predatórias que se limitam ao repasse de informações. Nesse contexto, a reflexão que inicia a implementação da educação ambiental deve considerar que não apenas alternativas podem ser produzidas para superar essa situação, mas que ela pode ser revertida para ter consequências benéficas (ANDRADE, 2000), em prol de uma compreensão global progressiva.

A importância fundamental de todas as formas de vida que coexistem em nosso planeta, seu ambiente e o desenvolvimento do respeito mútuo entre todos os diferentes membros de nossa espécie (CURRIE, 1998).

Dentro das escolas, devemos encontrar maneiras eficazes de educar cada aluno sobre os fenômenos naturais, o comportamento humano e suas consequências para si mesmo, suas espécies, outros organismos e o meio ambiente. É vital que cada aluno atinja seu potencial e adote atitudes pessoais e comportamentos sociais construtivos que contribuam para uma sociedade socialmente justa em um ambiente saudável.

As escolas de educação ambiental devem sensibilizar os alunos para os valores da convivência com o meio ambiente e outras espécies que habitam o planeta, ajudando-os a analisar criticamente os princípios que levam à destruição dos recursos naturais e de algumas espécies insignificantes. Tendo em conta que a natureza não é um recurso inesgotável, as suas reservas são limitadas e devem ser utilizadas de forma racional para evitar o desperdício, tendo a reciclagem como um processo importante. Outras espécies que existem na terra merecem nosso respeito. Além disso, manter a biodiversidade é fundamental para nossa sobrevivência. Acima de tudo, é preciso planejar o uso e ocupação do solo urbano e rural, levando em consideração a necessidade de boas condições de moradia, trabalho, transporte e lazer, bem como recursos regionais para produção de alimentos e conservação da natureza.

Esse processo de sensibilização da comunidade escolar pode facilitar iniciativas que vão além do ambiente escolar, tanto para a comunidade onde a escola

está localizada, quanto para as comunidades mais distantes onde vivem alunos, professores e funcionários (SOUZA, 2000).

Ainda apontou que fortalecer a relação entre escola e escola é muito útil para proteger o meio ambiente, especialmente o ambiente escolar. Participantes da Conferência Nacional de Políticas e Métodos de Educação Ambiental (MEC/SEMAM, 1991). Recomendaram, entre outras recomendações, que o trabalho escolar relacionado à educação ambiental deve ter como objetivo a advocacia e a conscientização, buscar mudanças. Como o conteúdo ambiental permeia todas as disciplinas do currículo e se integra às realidades da comunidade, a escola ajudará o aluno a perceber a relevância dos fatos e ter uma visão completa do mundo em que vive. Para tanto, a educação ambiental deve ser realizada de forma sistemática e transversal em todos os níveis de ensino, garantindo que a dimensão ambiental exista de forma interdisciplinar nos currículos e atividades escolares de cada disciplina.

A escola é assim um espaço social, um lugar onde o aluno é sensível ao comportamento ambiental, fora do ambiente escolar ele poderá continuar seu processo de socialização.

O comportamento ambiental deve ser aprendido na prática, no cotidiano escolar, o que ajuda a desenvolver cidadãos responsáveis. A abordagem teórica e prática do projeto será implementada por meio de pesquisas sobre o tema gerador, incluindo cursos críticos, palestras, seminários e saídas de campo. Esse processo oferece aos professores a possibilidade de atuar para incluir toda a comunidade escolar e comunidade na coleta de dados para salvar a história da área, enfim entender seu entorno e fazer questionamentos ambientais, e a partir da coleta de dados, refinamento de pequenos projetos de intervenção. Considerando que a educação ambiental é um processo contínuo e cíclico, programas e cursos de formação devem ser desenvolvidos para professores para que eles possam incorporar alguns dos princípios fundamentais da educação ambiental, tais como: mudança de comportamento, desenvolvimento de habilidades, capacidade de avaliação professor e aluno.

2.2.2. BNCC e suas propostas para a educação ambiental

O arcabouço legal em que se baseia a BNCC, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, determina por: A educação é um direito de todos e uma obrigação do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a cooperação da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

O Ministério da Educação, por meio do intenso e dedicado trabalho de uma equipe composta pelo Ministro da Educação Básica, apresentou a versão inicial à sociedade de outubro de 2015 a março de 2016 para que o público pudesse colaborar, a primeira versão recebida de especialistas, academia, redes educacionais, organizações e até mesmo indivíduos (Brasil, 2017).

A BNCC tem por objetivo orientar a elaboração sistemática de propostas curriculares, pautadas no direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferência Nacional de Educação (CANA E) (Brasil, 2016).

Em maio de 2016, foi publicada a segunda edição, com discussões institucionais em seminários organizados pelas secretarias nacionais de educação das unidades federativas brasileiras. A última edição do documento da Educação Infantil e Básica foi publicada em abril de 2017, alternando e complementando a segunda edição, cumprindo a atribuição do Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para a proposta de submissão de direitos Metas de aprendizagem e desenvolvimento para alunos do ensino fundamental estabelecidas em conjunto pelo Distrito Federal e pelo município (Brasil, 2017).

É preciso entender a Lei 9.934/1996 (LDB) e o Common Ground for the National Curriculum, que é um documento normativo. O seu principal objetivo é criar um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem básica, especificando assim os conhecimentos e competências que se espera que as gerações futuras avancem na educação básica do nosso país. A Fundação Nacional Comum integra a Política Nacional de Educação Básica, derivada de quatro políticas da BNCC: a Política Nacional de Formação de Professores, a Política Nacional de Materiais e Tecnologias

Educacionais, a Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e a Política Nacional de Infraestrutura Escolar, que se articulam para garantir que educação básica é produzida em condições de qualidade (Brasil, 2016).

Na estrutura componente da educação básica (ensino médio, a inserção da biologia como componente curricular nesta etapa se deve também a esse processo e produto científico, tecnológico e social, político, ético). Os jovens são indissociáveis do conhecimento conceitual da biologia para compreender plenamente a situação, orientar-se e tomar decisões sobre uma série de questões no mundo contemporâneo, abrangendo diferentes temas como: Identidade étnica racial e racismo, gênero, orientação sexual, orientação e homofobia, gravidez e aborto, questões socioambientais relacionadas às estratégias de conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável, questões relacionadas ao uso da biotecnologia como produtos geneticamente modificados, clonagem de órgãos e terapia com células-tronco (Brasil, 2016).

Sobre a primeira edição da BNCC, ao tratar de conteúdos de curso na área de conhecimento das ciências naturais, afirmava: Os componentes do curso na área de conhecimento das ciências naturais devem ser capazes de construir uma base de conhecimento contextualizada envolvendo discussões sobre temas como energia, saúde, meio ambiente, tecnologia, educação do consumidor, sustentabilidade e muito mais. Isso requer integrar no ensino os saberes abrangidos pelos diversos componentes curriculares, superando o processamento fragmentado, articulando os componentes do campo com os demais e os saberes das ciências naturais (Brasil, 2015).

Vale ressaltar que em relação ao meio ambiente, a BNCC possui diferentes métodos de análise para as três edições. Ao debate sobre meio ambiente, cidadãos identidade, direitos humanos e trabalho devem ser abordados como um diálogo interdisciplinar, porém, como temas transversais. Assim, a BNCC não tem como foco específico a educação ambiental, pois a primeira edição enfatizou conceitos como proteção ambiental, consumismo e sustentabilidade como temas transversais já citados neste artigo. A segunda edição da BNCC contém um documento muito grande, 652 páginas, em comparação com a primeira edição. Nessa etapa, a educação ambiental é citada como uma extensão da educação escolar, uma atividade

consciente de prática social na vida dos alunos, apresentando formas objetivas de construção de conhecimento, habilidades, valores e desenvolvimento de atitudes, com foco na qualidade de vida, na justiça. Diante dessa perspectiva, a educação ambiental precisa ajudar a proteger a ação, a conscientização e a responsabilidade dos alunos. Tópicos especiais permitem a integração entre componentes curriculares de uma mesma área de conhecimento e entre diferentes áreas de organização da educação básica no contexto da BNCC. Como tal, são questões sociais contemporâneas que transcendem a dimensão cognitiva e consideram as dimensões política, ética e estética da formação do sujeito na perspectiva da educação humana holística (Brasil, 2016).

Segundo a BNCC, esses temas são derivados do ordenamento jurídico, o que significa mudanças nas diretrizes curriculares emitidas pela LDB, ou aumento da responsabilidade do sistema de ensino em relação aos temas a serem abordados no currículo. Dentre essas mudanças, destacam-se a Lei nº 9.475/1997, que altera o artigo 33 da LDB e dispõe sobre a obrigatoriedade do respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil; História e Cultura Indígena” no currículo, a Lei 9.795/99 regulamenta a educação ambiental e institui o Programa Nacional de Educação Ambiental (Brasil, 2016). Há décadas, as questões ambientais estão em pauta, exigindo que estados, sociedades e governos desenvolvam políticas voltadas à sustentabilidade socioambiental. Na Conferência de Estocolmo (1972), Carta de Belgrado (1972), "Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental" Tbilisi, Geórgia (1977), Rio 92 e Rio+20 (2012). No entanto, a crescente degradação ambiental, as mudanças climáticas e o aprofundamento da desigualdade social fazem deste um problema global que ainda precisa ser superado (BRASIL, 2010).

Em sua segunda edição, a BNCC inclui a educação ambiental como tema especial, visando articular direitos e objetivos de aprendizagem relacionados às questões socioambientais e incorporá-los aos currículos escolares. Dessa forma, espera-se que o tema suscite debates e reflexões sobre questões como distribuição desigual de bens materiais e culturais, produção insustentável pelo uso predatório dos recursos naturais e consumo desenfreado. Vale destacar que, na segunda edição, a BNCC busca superar a divisão de conteúdo, tornar os temas especiais

multidisciplinares e atingir os objetivos de aprendizagem de todas as disciplinas da educação básica. Na terceira edição da BNCC, não apoiou o termo educação ambiental, levando em consideração as etapas da primeira infância e do ensino fundamental, e também foi verdade na primeira edição. Analisando o documento da primeira para a segunda edição, houve um aumento significativo no número de páginas e na abordagem da educação ambiental, percebe-se que o número de páginas diminuiu da segunda para a terceira edição (392 páginas). Na terceira edição), mas também relacionado ao método do tópico acima. No entanto, na terceira e última versão apresentada para a Educação Infantil e Fundamental, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em dezembro de 2017. A BNCC estabeleceu isso na organização curricular de sua escola em sua 3ª edição. Nos últimos anos, a partir de uma conscientização das relações que ocorrem na natureza, seja o homem envolvido na cadeia alimentar e como elemento de mudança do meio ambiente, seja demonstrando o uso mais eficiente dos recursos naturais sem desperdício, seja discutindo o consumo excessivo e efeitos inapropriados de descarte de resíduos. Há também o impulso de propor e adotar alternativas individuais e coletivas baseadas na aplicação de conhecimentos científicos que contribuam para a sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2017).

Em sua versão final, a BNCC responsabilizou as escolas pela conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental e o uso inadequado dos recursos naturais. Cabe destacar que PCN, DCN e BNCC não contemplam a educação ambiental como componente curricular, mencionando que ela deve ser incorporada ao currículo e à orientação docente como tema contemporâneo, preferencialmente como tema integrado transversal e interdisciplinar. Destacam-se os seguintes temas: educação no transporte, direitos da criança e do jovem, proteção ambiental, processo de envelhecimento, educação alimentar e nutricional, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos, saúde, sexualidade, vida familiar e sociedade, educação do consumidor, educação, trabalho, diversidade tecnológica e cultural.

Portanto, tais temas devem ser utilizados em conjunto com as competências de todos os componentes curriculares e abordados pela rede Municipal de Educação de forma contextualizada a partir de sua compreensão e possibilidades, com base na

realidade de cada Município e Estado. Reiteramos que a BNCC documenta propostas pré-existentes que trazem diretrizes e parâmetros para a educação básica. Porque na Educação Ambiental da BNCC ela não é mencionada como parte do currículo, mas em habilidades e tópicos especiais.

2.2.3. A necessidade de incrementar a educação ambiental

O ser humano está em um período de conflito com o meio ambiente, muitas pessoas não sabem que o solo é um organismo vivo porque contém um grande número de formas de vida: Vírus, bactérias, fungos, protozoários, etc. Considerando o enorme volume que o solo ocupa raízes de plantas, é muito importante na vida de todos os seres vivos, pois do solo se obtém parte do alimento, constroem-se casas, e mesmo assim algumas pessoas não a respeitam. Consiste em várias partes e contém a vida que existe dentro dele.

O solo é composto de quatro partes: Ar, água, matéria orgânica restos de animais e plantas e uma parte de minerais da alteração de rochas: Argila que gruda nos sapatos, lodo que faz as crianças escorregarem e areia.

Restos de animais, alimentos e folhas de árvores são decompostos nele. Para que ocorra a decomposição da matéria orgânica, é essencial a participação dos organismos existentes no solo. Pode ser chamada de matéria orgânica da matéria "morta" que é submetida à ação de outros organismos, capazes de esmagar as folhas que caem das árvores e picar frutas podres; cupins se alimentam de madeira morta; besouros se alimentam de madeira morta animais se alimentam; minhocas se movem pelo interior da terra, cavando e misturando as diferentes camadas, promovendo a circulação do ar no solo.

Finalmente, algumas das algas, bactérias e fungos que vivem no solo se alimentam de coisas que não estão disponíveis para animais maiores, convertendo tudo o que comem em compostos que permanecem no solo por um tempo até serem usados novamente. Sim, húmus. Esses animais pulverizam e decompõem a matéria orgânica, convertendo-a em húmus, que torna o solo mais macio e fornece nutrientes às plantas.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

É por isso que você deve aprender a reciclar ou usar o mesmo item com mais frequência, não importa se é um uso único. A reciclagem é um conjunto de tecnologias desenvolvidas por humanos para fazer uso de restos humanos que se acumularam.

O reaproveitamento desempenha um papel vital no meio ambiente, pois além de reduzir o acúmulo de resíduos em áreas urbanas e aterros sanitários, economiza recursos naturais, resultando em enorme economia para os fabricantes, menor consumo de energia, tamanho reduzido e número de lixões. reduzindo assim a poluição. Infelizmente, as cidades do interior ainda não têm esse serviço. Para isso, é necessário coletar os resíduos e separá-los para serem utilizados como matéria-prima para a fabricação de novos produtos. Suponha que essa ideia tenha surgido olhando a Tabela 1:

Material	Tempo de decomposição
Jornal	2 a 6 semanas
Embalagens de papel	1 a 4 meses
Guardanapos de papel	3 meses
Pontas de cigarro	2 anos
Palito de fósforo	2 anos
Chiclete	5 anos
Cascas de frutas	3 meses
Copinhos de plástico	De 200 a 450 anos
Latas de alumínio	De 100 a 500 anos
Tampinhas de garrafa	De 100 a 500 anos
Pilhas e baterias	De 100 a 500 anos
Garrafas de plástico	Mais de 500 anos
Pano	De 6 a 12 meses
Vidro	Tempo indeterminado
Madeira pintada	13 anos
Fralda descartável	600 anos
Pneus	Tempo indeterminado

Quadro 1. Número de anos que diferentes materiais exigem para serem decompostos.

Por isso os prefeitos têm que oferecer a coleta seletiva projetada para separar e separar o lixo para que possam aproveitar tudo o que é reciclável. Nesse processo, os materiais inorgânicos vidro, papel, metal, plástico, papel precisam ser separados; orgânicos constituídos por restos de alimentos, frutas, vegetais, aparas de grama e dejetos de animais, em recipientes de cores diferentes.

Além de contribuir positivamente para a imagem do prefeito e da cidade, a coleta seletiva também exige o exercício da cidadania, na qual o cidadão tem papel

ativo na gestão da cidade. Além da possibilidade de aproximar cidadãos e governos, a coleta seletiva pode estimular a organização da sociedade civil. Portanto, os indivíduos devem estar atentos desde cedo para que possam separar os resíduos em casa, pois o processo se inicia no ambiente domiciliar. Cuidar do meio ambiente requer se organizar, ou seja, separar adequadamente as sobras que não são mais utilizadas.

Ao ingressar na escola, a criança poderá adquirir conhecimentos mais complexos nessa área. Depois, quando tudo estiver devidamente separado, é só levar para os pontos de entrega voluntária (P.E.V.) localizados em todas as cidades do Brasil. Alternativamente, leve-o para o local mais próximo de sua casa, onde há aqueles grandes potes coloridos com símbolos para cada material (Imagem 1).



Figura 1: Símbolo e cores para cada tipo de material espalhado em diferentes ambientes.

Existem materiais que não é possível reciclar (Imagem 2).

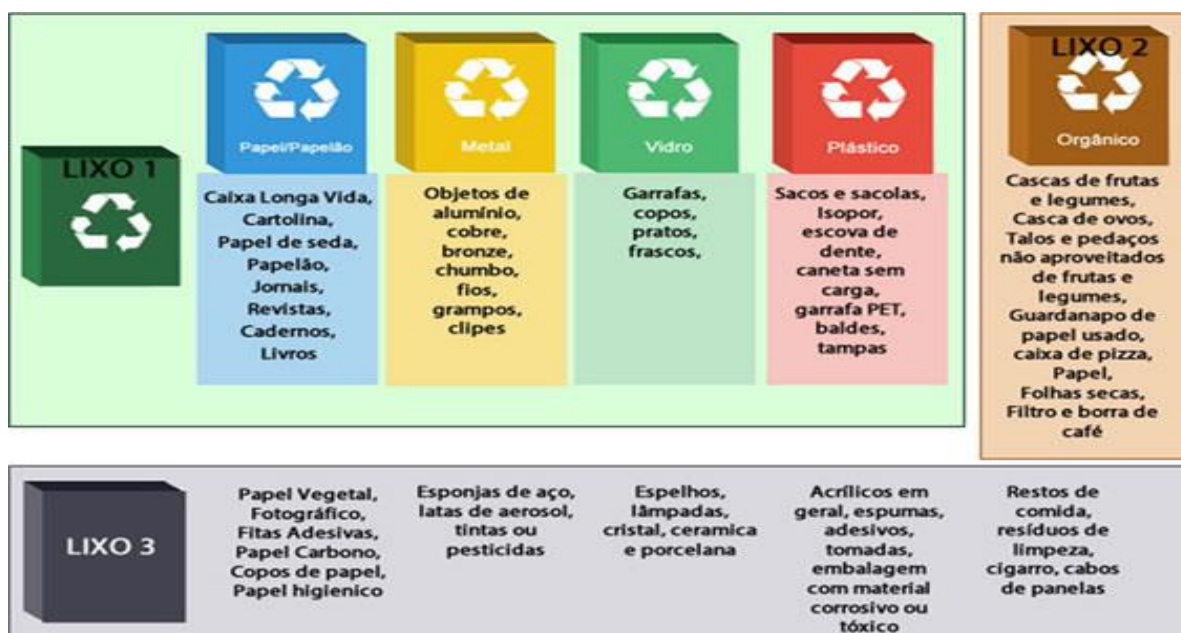


Figura 2: Materiais que não é possível reciclar.

Existem outras formas de coleta de resíduos urbanos, como: lixões, aterro sanitário, compostagem, coleta seletiva, incineração, reciclagem, etc., que já foram mencionadas. Os aterros sanitários são à prova d'água, portanto, o chorume o líquido que flui do lixo não contamina o lençol freático. Nesse método, os homens compactam o lixo e o cobrem com uma camada de terra. Nos aterros sanitários, os gases e líquidos dos resíduos são descartados.

Este método não prejudica o meio ambiente, não prejudica a saúde humana, não atrai insetos e evita o odor. O composto é restos de comida, como cascas de frutas e vegetais, e aparas de árvores que são transformadas em adubo ou composto orgânico em uma usina de compostagem. Os resíduos orgânicos são naturalmente decompostos por bactérias. Mas existem dispositivos que aceleram o trabalho dos micróbios para transformar resíduos em composto. Ocorre quando os resíduos orgânicos são incinerados e as cinzas são enviadas para aterros. A energia da queima de resíduos pode ser usada para gerar eletricidade e movimentar máquinas e outras utilidades. Mas se for mal feito, libera gases tóxicos e dioxinas (cancerígenas) na atmosfera. O dia 15 de abril foi escolhido pelos ambientalistas como o dia da

conservação do solo em homenagem ao Dr. Hugh Hammond Bennett, um grande defensor dos recursos naturais do mundo, foi formalmente estabelecido sob a Lei Federal nº 7.876, de 13 de novembro de 1989, para comemorar o nascimento da América em 15 de abril de 1881.

Esta é uma verdadeira homenagem ao pai da conservação do solo nos Estados Unidos, a quem dedicou e dedicou sua vida, os principais beneficiários da natureza, a proteger esses elementos essenciais à sobrevivência, assim como a flora e a fauna. Por meio das comemorações, o Ministério da Agricultura distribuirá mudas de "madeira brasileira" em 170 mil escolas primárias do Brasil, permitindo que os alunos tenham madeiras onde estudam. Vale lembrar que o pau-brasil foi a primeira árvore a ser explorada no Brasil até secar. No entanto, uma ênfase em projetos ambientais é cada vez mais válida, oportuna e essencial para aumentar a consciência ecológica.

2.2.4. Ambiente desejado e uma boa educação

A partir da década de 1960, com a publicação de "Primavera Silenciosa", as pessoas começaram a perceber a necessidade de proteger o meio ambiente. Vale ressaltar que é necessário que os indivíduos reconheçam que todos fazem parte de uma mesma comunidade e que o comportamento humano afeta os ecossistemas, razão pela qual as pessoas devem ter cautela, com o objetivo de proteger o meio ambiente, e devem mudar a forma como os indivíduos se relacionam ao ambiente em que vivem, não só trabalhando em ambientes fechados, mas envolvendo famílias e comunidades.

É importante que o ensino da educação ambiental comece no primeiro ano de escolaridade, pois o processo de formação da personalidade e o despertar cívico começa com a formação de cidadãos ambientalmente conscientes hoje e no futuro. Para que haja um mundo justo e equilibrado, é preciso que haja interação entre educadores e alunos para que as formas de utilização dos recursos disponíveis na natureza não sejam utilizadas de forma agressiva, e esses recursos estejam sempre disponíveis no futuro.

Quando se pensa no ambiente desejado, logo se pensa em um ambiente equilibrado, e isso deve ser alcançado tendo em mente a sustentabilidade e, em seguida, dando às crianças a "alfabetização ecológica". Somente através da educação ambiental pode-se alcançar o desenvolvimento sustentável, e a proteção ambiental e o desenvolvimento andam de mãos dadas. Para superar o analfabetismo ambiental, fica claro que o desperdício de recursos naturais não é condição necessária para o desenvolvimento, devendo-se respeitar o meio ambiente, que é limitado. Portanto, para ter um ambiente ideal, o indivíduo deve aprender a conviver bem com o ambiente e equilibrar suas necessidades para que não lhe falte subsídios no futuro. Um lugar onde todos se preocupam com a limpeza, colocando o lixo nos recipientes certos para o mundo reaproveitar, ou seja, você usa os descartes, uma empresa responsável recicla, e outra pessoa usa os descartes e recomeça o ciclo.

2.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

A educação ambiental busca mudar valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, respeitar a diversidade biológica, cultural e étnica e fortalecer as relações entre as pessoas e o meio ambiente de forma permanente e permanente para todos. O ambiente é onde as relações dinâmicas interagem continuamente com os aspectos naturais e sociais.

Projetos de conscientização ambiental contribuem para o uso mais racional dos recursos naturais, mostrando que os sistemas de conservação proporcionam uma interação harmoniosa com o conhecimento como ferramenta de educação e mudança.

De acordo com a Cúpula de Brasília (2004). "A educação ambiental para o desenvolvimento sustentável deve tornar a educação uma experiência importante, alegre, divertida, envolvente, que crie sentido e significado, estimule a criatividade e permita que os jovens sejam orientados a se engajar em atividades que construam uma sociedade mais sustentável. , mais equitativa, mais democrática, mais participativa, possibilitando uma vida com qualidade e digna." O objetivo é gerar consciência ecológica, com foco em oportunidades de criação de conhecimento que possam mudar comportamentos voltados à proteção dos recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável requer cidadãos e sociedades organizados e informados, capazes de tomar decisões em situações complexas pautadas pela bioética. O desenvolvimento de novas atitudes e valores democráticos que permitem que as pessoas participem criticamente na tomada de decisões políticas e econômicas locais e globais, na transformação social, no planejamento do desenvolvimento sustentável e nas relações sociais entre si e com o meio ambiente.

A sustentabilidade ambiental é uma característica assumida por todo indivíduo ou instituição preocupada com a continuidade da vida na terra. Para Baroni (2013), que pesquisou vários autores, e o que isso significa: “O termo desenvolvimento sustentável tem sido utilizado por diferentes grupos de interesse como símbolo de um consenso ideal, mas está longe de ser estabelecido, pois a ideia permanece no nível do discurso, ambígua e não tenta explicar as realidades atuais da sociedade e da geração através do uso de recursos naturais conflito de interesses financeiros”.

A sustentabilidade está diretamente relacionada ao “desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, uso racional dos recursos naturais para que possam ser mantidos no futuro” (CÚPULA DAS AMERICAS, 2004).

Tomar ações sustentáveis para manter o planeta em bom estado a médio e longo prazo para o desenvolvimento de todas as formas de vida, inclusive a humana, tais como: Uso controlado de recursos naturais, conservação de espaços verdes, incentivo à produção e ao consumo de alimentos orgânicos, limpos e sustentáveis o uso de energia renovável, a atitude de indivíduos e empresas em relação à reciclagem de resíduos sólidos e a atitude em relação ao uso da água para evitar o desperdício.

A ideia é alcançar o desenvolvimento em todas as áreas sem agredir o meio ambiente. Diferentes atores sociais e diferentes países não têm os mesmos interesses ou as mesmas ideias sobre o que é desenvolvimento sustentável. Hoje, há um consenso sobre o que se torna insustentável. A educação ambiental deve ser entendida como uma prática nas esferas educacional e social, processo que busca conscientizar, informar e ajudar a despertar a consciência crítica sobre as questões socioambientais.

Segundo Loureiro (2009), “A educação ambiental é um meio estratégico para desenvolver uma ampla consciência crítica das relações sociais e produtivas que integram o homem à natureza”.

De acordo com Sato (2004), “A aprendizagem ambiental é um componente importante, pois fornece motivos para que os alunos se reconheçam como parte integrante do meio em que vivem e pensem em soluções alternativas para os problemas ambientais e ajudem a manter os recursos para o futuro.” Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi sugerido que a educação ambiental deve reposicionar a educação para o desenvolvimento sustentável para conciliar os objetivos sociais de aquisição de necessidades básicas com o objetivo de preservar a vitalidade e diversidade do meio ambiente. Terra, salvaguardando os direitos dos cidadãos a um ambiente ecologicamente saudável e objetivos econômicos. Segundo Morin (2007), “Isto é importante porque, neste momento, toda a humanidade tem um destino comum.

O crescimento das ameaças mortais é uma expansão e não uma redução: Ameaças nucleares, ameaças ecológicas, degradação da vida planetária. A conscientização sobre essas questões, mas é tímida e nenhuma decisão efetiva foi tomada. Portanto, construir a conscientização planetária é uma prioridade. As questões ambientais inspiram uma atitude participativa dentro da escola para formar uma sociedade consciente que tenha uma abordagem crítica da realidade no longo prazo.

Segundo Morin (2007). “O próprio desenvolvimento criou mais problemas do que soluções e levou a uma crise civilizacional que afeta as sociedades prósperas do Ocidente. conceitos de desenvolvimento”. Quando a educação ambiental apareceu no discurso de toda a sociedade em menos de 30 anos, é porque já existe uma compreensão dos problemas do meio ambiente, para que a educação ambiental aconteça, ela deve ser contínua, não há limite de idade, apenas altere o método de acordo com a faixa etária que atinge.

A educação ambiental visa construir a relação entre o homem e a natureza, e para Reigota (2012), “É claro que a educação ambiental não pode abordar soluções

complexas para os problemas ambientais do mundo, porém, deve estar certa”. Para os autores, a educação ambiental deve ter como alvo a comunidade e levar as pessoas a participarem ativamente da resolução das questões ambientais, como a necessidade de um comportamento ético relacionado às questões socioambientais.

A educação ambiental contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois proporciona uma conscientização e uma atitude protetora a todos sobre a importância do uso adequado dos recursos naturais e seu comportamento na sociedade. Perceber as questões ambientais exige esforços para reforçar uma visão centrada na síntese e no desenvolvimento e estimular a reflexão sobre a diversidade. As possibilidades da educação ambiental abrem espaço para repensar a prática social e o papel dos professores que vão mediar através do conhecimento uma compreensão fundamental do ambiente global e local, suas responsabilidades na resolução de problemas e igualdade social, respeito a todas as formas de vida, organizações sociais e culturais.

2.3.1. A necessidade e a importância da educação ambiental no processo educativo

A educação ambiental envolve a incorporação de novos valores e atitudes que sensibilizem os indivíduos para as questões sociais e naturais para desempenhar criticamente seu papel de cidadão. Recomenda o desenvolvimento de sujeitos que compreendam e atuem no mundo, estabeleçam novas posturas e atitudes, protejam e cuidem do meio em que vivem.

Por sua vez, a educação escolar é socialmente responsável e, por meio de um processo de ensino participativo, busca desenvolver a consciência das questões ambientais atuais na formação de cada aluno. No ensino da educação ambiental, os alunos devem compreender a relação entre a ciência e o meio ambiente, assim como todos os problemas ambientais, os professores precisam perceber e intervir no processo educacional, buscar soluções e ações para proteger o meio ambiente, e mostrar que algumas medidas podem ser tomadas para proteger o meio ambiente. Mudar as condições ambientais e sociais.

O papel da escola é transmitir conhecimento aos alunos para toda a vida. Segundo REIGOTA (2012), "A tendência da educação ambiental não é apenas tornar-se uma prática educativa, ou uma disciplina a mais no currículo, mas consolidar-se como uma filosofia de educação que existe em todas as disciplinas existentes e possibilita às escolas. A concepção mais ampla do papel em ambientes locais e globais contemporâneos". Organizar aulas com programas educacionais é uma prática necessária. O conhecimento é um todo e envolve a aprendizagem por meio da motivação. Por meio do ensino participativo ativo, os professores devem organizar ações educativas para solucionar os problemas mencionados, de modo que o trabalho de informatização nas escolas seja formativo. O aluno deve compreender o meio em que vive para compreender as relações sociais e compreender seus direitos e obrigações para com os lugares e as pessoas ao seu redor.

O surgimento e desenvolvimento da educação ambiental como método de ensino está diretamente relacionado ao movimento ambientalista, pois é fruto de uma conscientização sobre as questões ambientais, e a ecologia como ciência global surge da necessidade de se educar para a conservação. As recomendações da Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (Conferência de Tbilisi) organizada pela UNESCO em 1977 afirmavam: "A educação ambiental é o resultado da orientação e convergência de diferentes disciplinas e experiências educacionais que promovem uma percepção abrangente do meio ambiente". A educação ambiental deve ocorrer por meio de uma perspectiva interdisciplinar e global para que se compreenda plenamente as questões.

O desafio para os profissionais da educação é determinar como as questões ambientais e sociais nos afetam e como discutimos e abordamos o conteúdo em sala de aula. Por isso, a colaboração permanente com os professores é importante, permitindo que eles percebam a realidade do mundo e reflitam seu comportamento pode mudar a qualidade de vida no ecossistema, por isso, no ambiente escolar, procure conscientizar todos ao seu redor sobre as questões relacionados às questões ambientais, permitindo que os alunos sintam vontade de compreender e buscar mais alternativas e informações, todos os conhecimentos específicos ao meio ambiente.

Segundo Reigota (2012), "A educação ambiental sugere que a sociedade se envolva em discussões sobre questões ambientais, promova conexões entre natureza

e pessoas, inspire a presença da moralidade nessas relações e crie perspectivas de justiça para todos os seres vivos”. A dimensão ambiental configura-se como um problema para diversos autores em ambientes educacionais, fortalecendo a participação em sistemas de conhecimento, formando profissionais e comunidades universitárias, e o desafio é desenvolver uma educação ambiental crítica e inovadora, tanto no nível formal quanto no informal. Como combinação de múltiplas áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade tem como premissa o desenvolvimento de métodos de ensino interativos, interligando as ciências naturais, sociais e exatas. Ressalta-se que o contexto epistemológico da educação ambiental permite um conhecimento aberto, processual e reflexivo, no sentido de que o conhecimento interdisciplinar se configura para perspectivas mais amplas.

Como as questões ambientais abrangem diferentes disciplinas, o aprofundamento e a aplicação do conhecimento são os elementos básicos, mas a implementação é de grande complexidade. Como ponto de partida para a realidade socioambiental, esse processo requer a internalização do conhecimento ambiental, processo que visa a construção do conhecimento e da ordem natural e social que determina a estrutura e mudança do meio social. A educação ambiental não pode se limitar ao ato de armazenar, transferir e transmitir valor e conhecimento.

Segundo Freire (2009), “Esse é o conceito bancário de educação, o único escopo de ação que ele oferece aos envolvidos no processo é receber a informação em depósito, salvá-la, arquivá-la e depois repetir o ciclo e entregam o que recebem.” A educação é uma prática formativa, um espaço no qual a sociedade é planejada e conscientemente formada, cujo ideal são os direitos universais. As escolas são um elo no ambiente mundial em que vivemos.

Segundo o Ministério da Educação (2007), “Na educação escolar, é responsabilidade dos órgãos gestores (MECs) em todos os níveis e estilos de ensino apoiar a comunidade escolar a se tornar educadora ambiental com realidades de leitura crítica”.

Desde a segunda metade da década de 1990, o Brasil vem desenvolvendo e implementando diretrizes e políticas públicas para promover e incentivar a educação ambiental nas escolas de ensino fundamental.

De acordo com as diretrizes do MEC, a educação ambiental se desenvolve em três modalidades: Projetos, disciplinas especiais e inserção de temas ambientais nas disciplinas. Necessidades gerais brasileiras e internacionais, discussões, desdobramentos históricos e experiência acumulada sobre o assunto devem ser considerados.

Todo o contexto reforça o reconhecimento do papel transformador e libertador da educação ambiental, exigindo uma revisão das referências superficiais à transversalidade e interdisciplinaridade contidas em sua regulação da educação formal que são desarticuladas, diminuídas e desarticuladas. A base da educação ambiental é a busca de formas de trabalhar, que é parte integrante do nosso trabalho docente e ajuda a construir o conhecimento solidário. Na busca por um mundo social e ecologicamente mais justo, devemos criar mais conhecimento e a tecnologia se encaixa em nossos princípios, fundamentos, artigos, teorias ou suposições mundiais. A educação geral, especialmente a educação ambiental, trabalha para construir a cidadania de forma mais pacífica.

2.3.2. Algumas propostas de atividades práticas em educação ambiental nas escolas

Atividades práticas devem ser realizadas para que os alunos possam conciliar a teoria com a prática, onde a interpretação e o envolvimento com os recursos naturais são importantes no processo de conscientização ambiental. A coleta seletiva de lixo, a redução do desperdício de água, a proteção dos espaços verdes, a prevenção da poluição e outras atitudes que contribuem com o meio ambiente são ações que as escolas e as residências dos alunos devem demandar para atuarem como agentes do processo de ensino dos alunos participantes.

Segundo Tesaro (2009), “Algumas da importância da ludicidade no ensino e aprendizagem são: Facilitar a aprendizagem; auxiliar no desenvolvimento pessoal, social e cultural; colaborar para uma boa saúde mental e preparar para um estado interior rico; promove o processo de socialização; proporciona uma aprendizagem espontânea e natural, estimula a crítica e a criatividade. ” Na conexão do campo do conhecimento ambiental, o jogo é entendido como um sistema de comunicação e

linguagem em um determinado contexto social, e como um sistema relacional necessário, seu campo se estabelece ao entrar no cotidiano dos alunos.

O jogo tornou-se uma ferramenta de aprendizagem utilizada em projetos de educação ambiental, associada à aquisição de conhecimento, e na linha de ensino amplamente utilizada hoje, o construtivismo.

Segundo Evangelista (2008), “Além de aprofundar conceitos por meio da diversão, as atividades lúdicas em educação ambiental têm se mostrado uma boa opção para a formação de professores, dada a diversão e prazer da atividade”. As escolas também não estão imunes aos problemas ambientais. O que acontece é que as pessoas não percebem os problemas ao seu redor, não percebem os fatos e situações que afetam a qualidade do ambiente de trabalho e estudo, a qualidade de nossas vidas.

Algumas atividades sugeridas podem ser usadas para abordar essas questões nas escolas e trabalhar com os alunos em métodos de educação ambiental: O ruído constante pode ser estressante, mas acaba se incorporando à vida cotidiana e se torna imperceptível. Para aumentar a conscientização sobre o ruído, podemos pedir 1 minuto de silêncio e identificar o ruído ao nosso redor, listar as fontes de poluição sonora e buscar formas de mitigar ou resolver o problema. Os alunos devem ter acesso à legislação ambiental sobre os temas propostos.

Para combater o desperdício, devemos promover a coleta seletiva de resíduos, separar os resíduos gerados orgânicos e inorgânicos, avaliar seu volume, encontrar soluções econômicas e de reaproveitamento, mostrar quanto tempo determinados resíduos permanecem no meio ambiente, repassar aos alunos a responsabilidade de não jogar lixo no lixo no solo e nos esforçamos para proteger o ciclo de vida de todas as pessoas. Se diferentes formas de energia forem utilizadas de forma insustentável, vivenciaremos um momento crítico de crise energética. Pediremos aos alunos que examinem os eletrodomésticos da casa, analisem quais eletrodomésticos requerem ou não energia e pensem em maneiras econômicas de usá-los.

O diagnóstico pode ser enriquecido examinando o consumo mensal de energia em quilowatts-hora e o preço pago por unidade de energia. Pode-se sugerir que sempre apaguem as luzes em ambientes onde não estão mais retornando. O hábito

de deixar a torneira aberta o tempo todo quando não estamos usando água, tomando banho ou escovando os dentes pode levar ao aumento do consumo. Um banho longo pode consumir de 95 a 180 litros de água potável. Pediremos aos alunos que deixem a torneira pingando no recipiente e determinem o tempo que leva para encher um litro de água, a partir do qual podemos analisar os resíduos de vazamentos ao longo de um dia ou um mês. A educação ambiental visa conscientizar e todas as informações e dados na análise são importantes para essa construção.

Na prática em sala de aula, o conhecimento não deve se limitar ao raciocínio lógico formal, experimentação, observação e pesquisa, todas as ferramentas podem ser aceitas pelos alunos em um ambiente divertido. As atividades lúdicas que podem ser adaptadas a cada projeto específico são: Exposições, maquetes, júri simulado, jogos, dramatização, oficinas experimentais, música, reciclagem, hortas escolares, culinária com sobras, poesia, etc. Utilizando diversos aspectos do cotidiano. Todos, criando novos jogos, projetos e outras atividades a partir das experiências e do cotidiano de todos, onde todos possam se ver como parte integrante da natureza.

2.3.3. As principais leis que defendem e incentivam a educação ambiental no ensino

No que diz respeito ao ensino e aprendizagem em educação ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais referem-se a: “A função primordial do trabalho com temática ambiental é promover a formação de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões e agir dentro das realidades socioambientais de forma comprometida com a vida e contribuir para o bem-estar de cada indivíduo e sociedade” (BRASIL, 2006).

A Lei 9.798/99, em seu art. O artigo 10.º, n.º 1, estabelece que "a educação ambiental não deve ser implementada como disciplina específica no currículo docente". No entanto, a educação é sempre mais eficaz se começar com as crianças.

A mente em ação é mais receptiva ao ensino, por isso devemos perceber a importância de bons materiais didáticos e professores bem treinados. Juridicamente falando, no Brasil, o § 1º, VI do art. O artigo 255 da Constituição Federal afirma que o

poder público “promove a educação ambiental em todos os níveis de ensino”. Mas apesar de tais dispositivos constitucionais e do fato de a educação ambiental ter sido reconhecida mundialmente como uma ciência educacional e recomendada pela UNESCO e pela Agenda 21, o Brasil tem feito muito pouco em termos de implementação concreta no ensino. Com a publicação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que trata da educação ambiental, estabelece a política nacional de educação ambiental e dá outras providências, tornou-se obrigatória a implantação e aplicação da educação ambiental como disciplina.

As referidas leis definem legalmente a educação ambiental como “o processo pelo qual indivíduos e comunidades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e habilidades voltadas à proteção do meio ambiente, que são interesses compartilhados das pessoas e são essenciais para a saúde e a qualidade do meio ambiente”. A vida e sua sustentabilidade” (artigo 1º). A Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece que ela “deve estar presente de forma clara em todos os níveis e modalidades do processo educacional, formal e informal.” (Art. 2º). As instituições de ensino são responsáveis por “promover a educação ambiental de forma integrada aos programas educacionais que estabelecem”.

(Lei nº 9.795/99, art. 3º). Em 1973, o Decreto nº 73.030 instituiu a Secretaria Especial do Meio Ambiente para promover "a educação esclarecedora do povo brasileiro sobre o uso adequado dos recursos naturais para a proteção do meio ambiente". Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 2081, art. Item 2 X "A educação ambiental precisa ser promovida em todos os níveis de ensino, inclusive na educação comunitária, para que possam participar ativamente da proteção do meio ambiente". De acordo com a Constituição Federal de 1988: A educação ambiental é parte importante da qualidade de vida ambiental e “a educação ambiental e a conscientização da população para a proteção do meio ambiente devem ser promovidas em todos os níveis de ensino”. (Artigo 225, inciso VI).

A seguir estão algumas das razões pelas quais o Guia Curricular Nacional de Educação Ambiental da CNE merece a atenção e atenção especial. A Educação Ambiental possui uma Política Nacional (PNEA) instituída pela Lei nº 9.795/99, que tem princípios e objetivos a serem seguidos e requer a fiscalização do CNE para

funcionar na educação formal; A educação ambiental tem uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e interdisciplinar, com foco em uma abordagem que deve seguir as diretrizes nacionais básicas para ampliar o debate e o refinamento conceitual nas instituições de ensino para dar espaço para a incorporação das dimensões ambientais ao currículo. Promover a revisão teórica e avaliação da prática educativa em escolares e programas de educação política.

A educação ambiental como ferramenta de interpretação e estruturação do conhecimento nos níveis e modos dos ramos do ensino e da ciência tem abordagens específicas, emergentes e urgentes, incluindo os padrões de produção e o consumismo nas sociedades capitalistas. As complexidades e os desafios das abordagens socioambientais têm permitido à educação ambiental desenvolver uma gramática própria, exigindo que as pessoas reformulem moralmente sua linguagem e atitudes para métodos críticos e contextuais, históricos, políticos, científicos, geográficos, econômicos e culturais. Tem uma proposta ética relacionada à visão de mundo e reorientação humana e ao modelo econômico vigente. A incorporação de diretrizes de educação ambiental em diferentes níveis e modalidades de ensino deve orientar o planejamento pedagógico das políticas públicas ou privadas nas diversas instituições de ensino.

Na LDB (Diretiva e Fundação Nacional de Educação) nº 9.394/1996 – Art. 32. Item 2, A educação primária “entende o ambiente natural e social em que os sistemas políticos, a tecnologia, as artes e os valores sobre os quais a sociedade é construída”. LDB, art. 36. Ensino fundamental e médio “Devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural e das realidades sociais e políticas, especialmente no Brasil”.

A PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental) é responsável pela educação formal e não formal, que fortalece o direito de todos à educação ambiental e a torna “parte essencial e permanente da educação nacional” (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.795 / 99). Art. 8º da Lei de Formação de Recursos Humanos, "Incorporação de fatores ambientais na formação, especialização e atualização de educadores e modelos de ensino em todos os níveis" (item 2). Arte. Artigo 11 da Lei, "As considerações ambientais devem ser incorporadas nos programas de formação de professores em todos os níveis e em todas as disciplinas". Se o governo não fornecer educação ambiental, poderá violar o direito à educação e a um meio ambiente

saudável e ecologicamente equilibrado e poderá ser penalizado nos termos do artigo 1º. Art. 208 da Constituição Federal, Art. 68 da Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais e art. Art. 25 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei de Impossibilidade Administrativa.

A PNEA praticamente não oferece penalidades em caso de omissão ou descumprimento dos mandamentos. Se essa legislação usa penalidades para garantir seu cumprimento, talvez nem seja correta. É um ato cívico que os professores assumam a responsabilidade pela educação ambiental nas escolas. Para realizar este trabalho, é necessária uma consciência política ecológica dos cidadãos/professores, e só assim eles poderão buscar formação e qualificação adequadas para serem condutores eficientes e eficazes do ensino/aprendizagem da educação ambiental.

O poder público não pode se eximir de suas obrigações como formador e a mídia como facilitadora e comunicadora das ferramentas que os professores devem utilizar para realizar a tarefa de preparar as gerações futuras para a manutenção de um ambiente saudável, caso contrário precisa negar às gerações futuras definitivamente ser feito.

2.3.4. O papel das empresas na prática escolar

Nas empresas, a questão ambiental está diretamente relacionada à responsabilidade social e ao planeta como um todo. As empresas que se preocupam com a sustentabilidade ambiental são aquelas que se preocupam com suas comunidades e com o meio ambiente, e é por meio de modelos de gestão sustentável que incentivam processos que permitem a recomposição do capital financeiro, humano e natural em toda a empresa.

Durante a evolução de todos os seres humanos, a relação do homem com a natureza trouxe problemas socioambientais que afetam e prejudicam diretamente todos os recursos naturais do planeta. Por isso, as empresas buscam processos ou métodos que possam reduzir o impacto de todas as suas atividades e seus impactos

negativos, protegendo assim o meio ambiente adotando diversos métodos como redução de custos, selo verde, certificação, etc.

Dessa forma, a educação ambiental é integrada a toda a sociedade. De acordo com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.

Quarta Arte. 3 "Para os meios de comunicação de massa, cooperar de forma ativa e sustentável na divulgação de informações ambientais e práticas educativas, e incorporar aspectos ambientais em seus programas".

Quinta Arte. 3 "Para as empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas de formação de trabalhadores para a melhoria e controlo eficaz do ambiente de trabalho e do impacto ambiental dos processos produtivos".

Arte VI. 3 "Para a sociedade como um todo, há um foco constante na formação de valores, atitudes e habilidades para propiciar ações individuais e coletivas voltadas à prevenção, identificação e enfrentamento dos problemas ambientais". Empresas que investem em educação ambiental e responsabilidade socioambiental criam novas tecnologias que facilitam a mudança de atitudes e harmonizam melhorias na qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Informar os cidadãos sobre os danos ambientais que nos afetam, responsabilizar todos pelo problema e motivar a cooperar sem deixar marcas no meio ambiente.

A educação ambiental é essencial como ferramenta de gestão ambiental corporativa, mas as aplicações que vemos são diferentes. A educação ambiental nas empresas é, em sua maioria, ações impostas, carecendo de planejamento estratégico, com todos os agentes envolvidos tentando estabelecer metas e objetivos para que os planos do mandato sejam efetivos. O que temos visto na prática é que os sistemas de gestão ambiental operam de forma não sistemática, o que resulta em muita pouca utilização de todo o potencial dos benefícios que o sistema pode trazer para a gestão global.

Santos (2009) afirmou: "A educação ambiental tem se mostrado uma importante ferramenta na gestão ambiental, motivando e treinando as pessoas para a adoção de medidas preventivas, possibilitando que as pessoas conheçam, compreendam e participem das atividades de gestão ambiental e assumam uma

postura proativa em relação às questões ambientais." Possíveis requisitos para a educação ambiental são sistemas de comunicação interna e externa. Internamente é a comunicação de responsabilidade em toda a empresa, enquanto externamente é o desenvolvimento de um programa de educação ambiental com foco na comunidade que permite a elaboração de parâmetros que possam demonstrar sua eficácia no alcance de metas e objetivos.

Para possibilitar o aprendizado, algumas empresas buscam direcionar programas de educação ambiental em escolas selecionadas para o público em geral, bem como para a comunidade como um todo, para jovens e adultos, por meio de experiências específicas que permitam aos participantes do evento refletir e reconhecer e conseguir um ótimo emprego, não apenas seguir as regras, deve incluir um bom material didático e motivações diversas. As empresas devem praticar suas responsabilidades ambientais nas redes educacionais, desde a educação infantil até a formação profissional, pois as empresas, como organização, têm responsabilidade pelo bem-estar ambiental e social.

Os educadores, atuando como facilitadores da educação ambiental corporativa, poderão realizar treinamentos, capacitações, palestras e eventos diversos com seus funcionários e membros da escola para demonstrar que essa prática é fundamental para todos e para o sucesso da empresa. As empresas que desejam levar a educação ambiental para as escolas devem apresentar um projeto à secretaria de educação de seu município para discutir a viabilidade de incorporá-la aos planos de ensino das escolas selecionadas. Se aceitas, essas atividades serão realizadas em colaboração com professores e membros da equipe docente ao longo do ano letivo.

Atividades que podem ser variadas, como palestras, visitas, oficinas, jogos, concursos, pinturas, visam levar toda a comunidade escolar a discussões construtivas sobre as questões ambientais e a encontrar alternativas viáveis para abordá-las. Portanto, as empresas devem se comprometer a fornecer recursos e materiais instrucionais para todas as atividades no ambiente escolar, e as escolas devem se comprometer a desenvolver e elaborar relatórios e registros de todas as atividades, avaliando o desempenho, qualidade, motivação e eficiência dos programas em questão.

A partir dessas ações, os educadores empresariais devem perceber que a prática da educação ambiental só é possível quando se reúne o conhecimento de todos os participantes, pois todos têm conhecimento suficiente para expressar suas opiniões e participar, e também contribuíram para a proteção do meio ambiente.

2.3.5. A importância da educação ambiental no contexto escolar

Quando falamos de questões ambientais, realizamos uma série de ações nas quais indivíduos e comunidades constroem os valores, conhecimentos, atitudes e habilidades voltados para a proteção do meio ambiente, que as pessoas utilizam em conjunto e são fundamentais para a qualidade de vida e qualidade de vida importantes meio ambiente. Sustentabilidade na sociedade, existem regras de organização e ações de todos para manter o equilíbrio e garantir o fluxo das energias ambientais essenciais. As questões ambientais estão relacionadas à qualidade dos ecossistemas e são consideradas importantes para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre o homem e a natureza. Na educação atual, reconhece-se a necessidade de incorporar as preocupações ambientais ao contexto educacional e ao cotidiano dos indivíduos.

Segundo Carvalho (2011), “Vale ressaltar que esses problemas sempre existiram na vida humana até certo ponto porque fazem parte do meio ambiente”.

As profissões docentes são inatas, aprendem e atualizam-se constantemente para adaptar a sua prática às necessidades do sistema educativo e das mudanças sociais. O processo de conscientização da comunidade escolar pode gerar iniciativas que vão além do ambiente escolar, atingindo a comunidade onde a escola está localizada e as comunidades mais distantes onde vivem alunos, professores e funcionários, além de dentro e fora do campus. Quando o conteúdo contextual permeia todas as disciplinas do currículo e o conecta à realidade, a escola ajudará os alunos a perceber a relevância dos fatos e criar uma visão de mundo completa. Percebe-se a necessidade de estudar temas transversais, organizar cursos por meio de programas educativos que envolvam aprendizagem por motivação, planejar

abordagens com outros profissionais e transformar conceitos fragmentados em conceitos únicos.

A abordagem gera temas por meio de pesquisas, incluindo aulas críticas, oficinas, saídas de campo para engajar a comunidade escolar na pesquisa sobre questões ambientais e suas possíveis intervenções, visitas não apenas a áreas protegidas, mas também a cozinhas escolares, indústrias adjacentes, terrenos, agricultura, comércio, transporte, saneamento básico e cotidiano das pessoas devem ser levados em consideração.

Projetos e cursos de formação devem ser desenvolvidos para que os professores possam incorporar alguns dos princípios fundamentais da educação ambiental, especialmente a ação política voltada para a mudança social. A educação cívica representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas, transformando diferentes formas de participação em potenciais formas de dinamização da sociedade, e na perspectiva de questionar e mudar algumas práticas pedagógicas e educação escolar para alcançar uma educação participativa. Como todos sabemos, a educação no Brasil ainda fica com pedagogias tradicionais e conservadoras que não levam em conta as realidades objetivas e subjetivas dos alunos e não colocam os alunos no centro do processo educacional.

A relação entre o meio ambiente e a educação assume um papel cada vez mais desafiador e importante, exigindo novas aprendizagens, processos sociais cada vez mais complexos e riscos ambientais acrescidos, abrindo espaço para novas formas de pensar e de fazer social. parte integrante da natureza. A existência limitada do debate ambiental, seja como disciplina ou como eixo coeso nos cursos de formação de professores, é um bom indicador dos desafios da internalização da educação ambiental nos espaços educacionais.

3. METODOLOGIA

Aqui, abordou os procedimentos e técnicas de coleta de dados, ou seja, vem descrevendo um conjunto de procedimentos para esse processo investigativo. Os Procedimentos de Observação e Julgamento são os mecanismos de coleta e análise de dados coletados e apresentados aqui. O presente trabalho é um estudo qualitativo de natureza fundamental que visa desenvolver considerações teóricas por meio de pesquisa bibliográfica para ilustrar a dissertação de mestrado elaborada pelos autores deste estudo.

Para tanto, a dissertação em questão orientou-se na realização de um estudo de campo apoiado em pesquisa bibliográfica sobre a consciência ambiental de escolas públicas, por meio de questionários fechados e abertos, nas salas de aula com os alunos do NEM, e correspondentes docentes atuantes na área.

3.1. O PROJETO E A NATUREZA DA PESQUISA

Este estudo busca a validação por meio de métodos qualitativos utilizando técnicas descritivas, onde as referências metodológicas são desenvolvidas por meio de pesquisa bibliográfica, e artigos e livros impressos e online são publicados nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual Educação, Scielo, Pepsi, segundo os autores, Revista de Psicologia e Google Acadêmico.

A pesquisa relevante está dividida em duas fases: A primeira fase coleta dados por meio de estudos de campo com questionários fechados e abertos, visando 120 (cento e vinte) alunos de 03 (três) escolas diferentes do estado de Rondônia alunos do NEM; e 20 (vinte) professores de diferentes disciplinas que atuam nas salas de aula do NEM. Segundo os autores deste estudo, o segundo passo é descrever e analisar a fundamentação teórica dos dados coletados. Para compreender os objetivos aqui elencados, é fundamental a natureza da pesquisa, o método de análise dos dados coletados por meio da aplicação de questionários, com características qualitativas, referentes ao processo de sensibilização para as questões ambientais.

3.2. TIPO DE INVESTIGAÇÃO

O tipo de pesquisa em questão é a consciência ambiental, utilizando métodos qualitativos, pesquisa de campo por meio de técnicas descritivas, utilizando observações e descrições para apresentar e analisar os dados coletados. A pesquisa qualitativa visa coletar dados por meio da relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Ele enfatiza a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significado, um processo baseado em métodos qualitativos que não requerem o uso de métodos e técnicas estatísticas. Portanto, o ambiente natural é a fonte imediata de coleta de dados, onde o pesquisador é a ferramenta chave.

Portanto, fica claro que a pesquisa requer o uso de texto, gráficos e tabelas para construir novos conhecimentos. Esse tipo de pesquisa visa descrever a produção científica de um tema por meio de uma abordagem sistemática de busca, seleção e análise, destacando o estado da arte atual e sugerindo possibilidades para futuras investigações sobre o tema.

A pesquisa de campo estuda um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, destacando as interações de seus componentes. Portanto, os estudos de campo tendem a usar técnicas de observação em vez de interrogação. Eles buscam uma análise mais aprofundada das questões levantadas.

A pesquisa descritiva visa determinar a veracidade do ambiente estudado para a pergunta óbvia, mas neste modelo de pesquisa não se deve interferir no contexto, principalmente se visa nomear um fenômeno atual, explicá-lo à luz das explicações obtidas. Assim, ele define pesquisa descritiva como a descrição de um fato ou fenômeno por meio de investigação ou observação.

Descrever o estabelecimento de relações entre características, fenômenos ou variáveis de uma população específica, que envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observações sistemáticas.

3.3. O REFERENCIAL TEÓRICO

Para o presente trabalho, foi realizado um estudo bibliográfico com autores selecionados. A análise é realizada de forma conceitual, qualitativa e descritiva e tem como objetivo apresentar perspectivas relevantes discutidas pelos autores e propor uma síntese teórica sobre o tema.

Dessa forma, fundamentações teóricas sobre o tema "consciência ambiental" são publicadas em edições online em bases de dados como Biblioteca Virtual de Educação, Scielo, Pepsí, Revistas de Educação e Psicologia; Google Acadêmico, em livros e revistas de autoria e impressas na explicação. Assim, nas notas de alguns autores consagrados sobre o assunto, por exemplo: (Brasil. Supremo Tribunal Federal. Acórdão nº 4.029/AM Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. /07 Não). e Devigotsky (2005, 2008); (Nações Unidas, 1972): (PASSOS, 2006): (Brasil, 1981): Silva (2011): (Machado, 2012): Também, Parâmetros Curriculares Nacionais – (PCNs): Educação Nacional Plano (PNE) (2014/2024): Lei da LDB, nº 9.394/1996, e outros autores idôneos com os aqui citados, nas referências abaixo.

3.4. PÚBLICO ALVO

O público alvo do estudo de campo foram professores de três escolas públicas de Rondônia, professores e alunos do ensino médio do NEM. Foi realizada uma pesquisa com 20 professores e 120 alunos, por meio de entrevistas, a fim de aplicar uma sequência didática aos alunos sujeitos do estudo para analisar as dificuldades que indicam a falta de consciência ambiental nas escolas.

3.5. AMOSTRAGEM

Portanto, em uma amostra de três escolas públicas de Rondônia após o levantamento e aplicação do questionário, apenas 9 (nove) professores atuam nas salas do NEM e 9 (nove) alunos correspondentes frequentando a escola.

A fonte da amostragem do estudo de campo foi por meio de um questionário contendo 10 (dez) questões fechadas e semiabertas, aplicado a 9 professores e 9 alunos do ensino médio na sala de aula do NEM.

Conforme já relatado na pesquisa, o questionário foi aplicado remotamente em 03 (três) escolas de diferentes e um pouco distante uma da outra, com diferentes realidades educacionais, culturais e sociais, pertencentes à rede nacional de Rondônia.

O estudo de campo foi realizado em três escolas da Rede Pública de Educação do NEM, Escola I, Escola II e Escola III: todas localizadas em Alta Floresta D'Oeste-RO. Na primeira, fiz a amostragem da escola por meio de 3 (três) professores que atuam nas salas de aula do ensino médio do NEM e 3 (três) alunos do ensino médio.

Da mesma forma, a segunda escola conta com 3 (três) professores atuando em sala de aula e 3 (três) alunos da sala de aula do NEM. Na terceira escola também foram pesquisados 3 (três) professores que atuam em sala de aula e 3 (três) alunos da sala de aula do NEM.

3.6. POSTURA ÉTICA

As respostas dos participantes ao questionário aplicado foram voluntárias e espontâneas, pois não houve custo financeiro, exposição pessoal e danos psicológicos a nenhum participante. Os nomes dos atores são mantidos em sigilo, garantindo assim a privacidade, para que haja pouco risco de exposição.

Em relação ao risco de exposição dos atores, tendo em vista que o estudo utilizado foi um questionário, os participantes não se sentiram cansados ou incomodados ao responder o questionário, como se tinham tempo, timidez, vergonha, estresse ou dúvidas, no entanto, os entrevistados ficaram livres para responder aos questionários e se expressar da maneira que se sentir à vontade. De acordo com a Resolução 196/96 da Comissão Nacional de Saúde, instituída em outubro de 1996, Diretrizes e Normas para Pesquisa em Seres Humanos.

Apoiado pela resolução 196/96, o objetivo principal da pesquisa é avaliar dentro dos limites éticos do projeto de pesquisa, garantindo três princípios fundamentais: Bondade, respeito ao próximo e justiça. Esta garantia inclui todas as pessoas que tenham alguma relação com a pesquisa, sejam sujeitos de pesquisa, pesquisadores, funcionários da área em que a pesquisa é realizada e aqueles envolvidos direta ou indiretamente.

De acordo com a resolução 466/12, toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve riscos, alguns com consequências diversas. Ao longo do estudo, esforços devem ser feitos para minimizar o risco e aumentar o suporte que o sistema CEP/CONEP oferece aos participantes do estudo. Portanto, a avaliação ética de um projeto de pesquisa é baseada em pelo menos quatro pontos básicos: a qualificação da equipe de pesquisa e do próprio projeto; a avaliação da relação risco-benefício; o consentimento informado do comitê de ética e a avaliação prévia.

Terminar o gesto moral com a resolução n. 510, de 7 de abril de 2016, publicada no DOU n. 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 - Seção 1, pp. 44, 45, 46: Considerando que a ética são construções humanas e, portanto, históricas, sociais e culturais; considerando que a ética em pesquisa significa o respeito à dignidade humana e a proteção dos participantes das atividades científicas pesquisas envolvendo seres humanos; levando em consideração que a conduta ética dos pesquisadores exige a conduta consciente e livre dos participantes.

Ao mesmo tempo, levando em conta que a pesquisa em ciências humanas e sociais precisa respeitar e garantir o pleno exercício dos direitos dos participantes, deve ser concebida, avaliada e implementada para antecipar e evitar possíveis danos aos participantes.

Levando em conta a especificidade das ciências humanas e sociais em seus conceitos e práticas de pesquisa, na medida em que nelas predomina o sentido pluralista de ciência, o que leva à adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como a lidar com significados, práticas e enunciados de natureza e grau de risco particulares, sem intervenção direta no corpo humano; levar em consideração que a relação pesquisador-participante é construída continuamente ao longo do estudo.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA PESQUISA

A pesquisa que originou este trabalho está voltada o olhar para de consciência ambiental. Queríamos saber, especificamente, como os alunos matriculados no NEM, solucionam problemas sobre o meio ambiente em seu contexto social imediato e quais estratégias utilizam para solucionar problemas que lhes são propostos em situação escolar, bem como os benefícios que as atividades de ambientais favorecem a aprendizagem na resolução de problemas. E tem como objetivo de analisar as vulnerabilidades ambientais das escolas para que alunos e professores possam maximizar a compreensão dessa relação e desenvolver seu papel consciente do meio ambiente.

Os dados aqui analisados provêm de três pesquisas, uma realizada no município de Alta Floresta D'Oeste-RO, com alunos do novo ensino médio (NEM) e professores atuantes nesta modalidade de ensino.

O interesse por essa questão tem origem em minha atuação como professor do ensino médio e no Mestrado em Ciência da Educação onde posso pesquisar, analisar e defender a minha ideia frente aos estudiosos da área.

No ambiente escolar ou durante toda a minha atuação como educador tenho ouvido relatos recorrentes sobre as dificuldades dos alunos em entender as questões ambientais. Comentam os professores com a falta de capacitação do docente e a grande maioria dos alunos, são incapazes de entender os que lhes são propostos, recusam-se a pensar sobre como poderiam iniciar sua resolução e insistem para o docente indicar como devem proceder.

Por certo, poder-se-ia pensar que o principal obstáculo encontrado para o bom desempenho dos estudantes seria o de estes, a falta de consciência ambiental nas escolas. Mas isto a meu ver, não explicaria por completo o sentimento de impotência experimentado por eles neste tipo de atividade escolar.

4.1. QUESTIONÁRIO PARA O ALUNO

Para entender melhor o problema aqui elaborado sobre a falta de consciência ambiental nas escolas Públicas. Dessa forma, foi aplicado um questionário com 10

(dez) perguntas abertas e semiabertas para 09 (nove) alunos matriculados no NEM, para a verificação das atividades, podendo tornar-se, importante aliada no processo de uma conscientização ambiental como mostra o questionário abaixo.

Quadro 01: Como você define o meio ambiente?

Escola 1	Aluno 1: Importante.
	Aluno 2: Ajuda a preservar o futuro.
	Aluno 3: Uma coisa boa.
Escola 2	Aluno 1: Natureza.
	Aluno 2: Conhecer o meio em que vivemos.
	Aluno 3: Preservação.
Escola 3	Aluno 1: Às vezes é bom.
	Aluno 2: É uma coisa natural.
	Aluno 3: Não jogar lixo na rua.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Observa-se, pelas respostas dos alunos que nem todos estão conscientes as questões. Muitos estudantes enfrentam problemas por falta de conhecimentos na área ambiental.

A instabilidade na vida desses alunos não permite que tenham a educação como prioridade, o que os leva a abandonar a escola diversas vezes, também por falta de conhecimento nas questões ambientais; por morar longe da escola, alunos da zona rural em uma só escola núcleo é uma saída das redes para garantir que os professores alcancem o número mínimo de aulas e reduzir os gastos com infraestrutura e transporte.

Também, tem o fator da desmotivação escolar, sem se interessar pelo que a escola oferece, vários adolescentes deixam de frequentar as aulas e só tempos depois retornam. Ficam meios defasados nas questões que envolve o meio ambiente. Segundo Dias (2004). É um processo perpétuo no qual indivíduos e comunidades tomam consciência de seu ambiente e adquirem novos conhecimentos, valores,

habilidades, experiências e determinações que os capacitam a agir para enfrentar os problemas ambientais atuais e futuros.

02. Você costuma ter na escola educação ambiental com os seus professores?

Escola 1	Aluno 1: Não. As vezes com o pessoal de fora, exemplo a polícia ambiental.
	Aluno 2: Não. Só aulas de biologia.
	Aluno 3: Não. Os professores quase não comentam o assunto.
Escola 2	Aluno 1: Não. Não e com frequência que o assunto e explanado.
	Aluno 2: Não. Só com os palestrantes.
	Aluno 3: Não. Não comentam com frequência.
Escola 3	Aluno 1: Não. As vezes na semana do meio ambiente.
	Aluno 2: Sim. Não com frequência.
	Aluno 3: Não. Só com agentes externos.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Ao fazer a pergunta para os alunos sobre a “educação ambiental”, todos responderam com palavras e contextos diferentes, mas com mesmos significados.

Para as questões ambientais segundo Dias (2004), elas devem ser compreendidas primeiro em seu contexto local e depois em seu contexto global. É importante que ocorra um processo participativo permanente para que não seja apenas a única mensagem, mas também a chave da prática para desenvolver e inculcar uma consciência crítica sobre as questões ambientais.

As questões ambientais estão se tornando cada vez mais importantes em nossa sociedade. O estudo das questões ambientais decorre de novos paradigmas voltados para orientações sociais mais sistemáticas e complexas.

Nesse contexto, a escola vem propondo a discussão sobre a educação ambiental com baixa frequência. O processo de reconhecimento de valores em que as novas práticas pedagógicas devem ser responsáveis pela formação de agentes de ação e conscientização.

03. Vocês alunos, preservam o meio ambiente como regra para a vida? Comente.

Escola 1	Aluno 1: Não. Falta conhecimento do assunto.
	Aluno 2: Sim. Sempre que posso.
	Aluno 3: Sim. Às vezes.
Escola 2	Aluno 1: Sim. Não com frequência.
	Aluno 2: Não. Sou agro.
	Aluno 3: Sim. Gosto do meio ambiente.
Escola 3	Aluno 1: Não. Gosto do agronegócio.
	Aluno 2: Não. Não conheço muito as questões ambientais.
	Aluno 3: Sim. Gosto muito.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

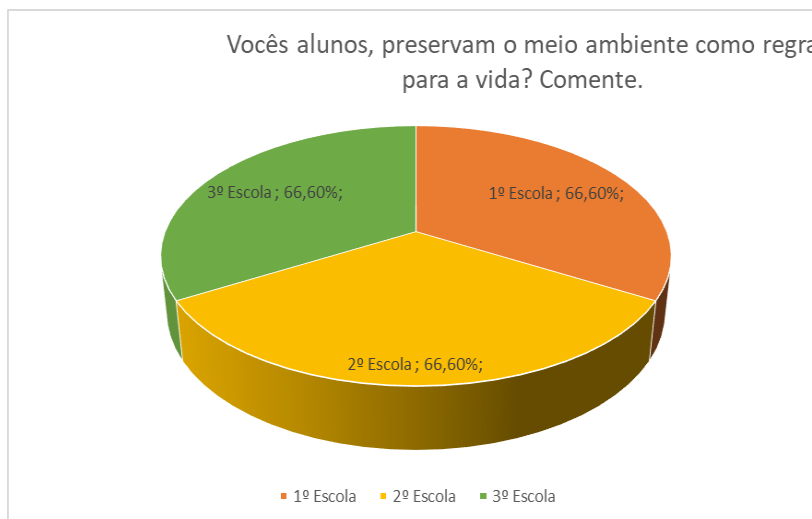
Ao responderem à pergunta sobre as preservações do meio ambiente, apenas dois alunos responderam que gosta de preservar e ter como regra de vida. Segundo Reigota (1998), a educação ambiental deve existir em todos os espaços que educam os cidadãos. Nas escolas, parques e reservas ecológicas, comitês de bairro, sindicatos, universidades, meios de comunicação de massa, etc.

Segundo os PCNs, a educação ambiental deve permear todas as disciplinas como tema transversal, formando uma disciplina de conhecer, ensinar, aprender e transformar. Auxiliar na construção de novas formas e possibilidades de relações sociais e modos de vida baseados em valores éticos e humanitários e uma relação mais equânime entre o ser humano e os demais seres vivos.

Segundo Loureiro (2009), educação significa antes de tudo autotransformação, pois a educação ambiental precisa ser transformadora, educativa, cultural, informativa, política, formativa e sobretudo emancipatória.

O gráfico mostra o índice da pesquisa em relação a preservação do meio ambiente como regra de vida. As amostragens das pesquisas apontam que 66,60% não preservam o meio ambiente com regra de vida.

Gráfico: 01



Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Hoje, a maior parte da população vive em centro da cidade. Água limpa sai da torneira, água suja cai no ralo, lixo o que é produzido todos os dias é retirado da frente da casa e as pessoas não são preocupadas em saber que seu destino é minimizado. Ou seja, a grande maioria. A população não consegue perceber a estreita relação entre o meio ambiente e o meio ambiente com a sua vida diária. (Donella, 1997).

04. A sua escola é autossustentável? (Capaz de sustentar - se)

Escola 1	Aluno 1: Não. Não vejo isso na escola.
	Aluno 2: Não. Não sei se existe isso na escola.
	Aluno 3: Não. Não conheço muito sobre o assunto.
Escola 2	Aluno 1: Não. Não somos sustentáveis.
	Aluno 2: Não. Falta incentivo.
	Aluno 3: Não. Não somos.
Escola 3	Aluno 1: Não. Não temos separação de lixos.
	Aluno 2: Não. Não temos descarte de lixos adequado.
	Aluno 3: Não. Não conhecemos muito esta questão.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Ao responderem à pergunta sobre. “A sua escola é autossustentável? (Capaz de sustentar - se)”, apenas todos os alunos que responderam que não. A escola não tem uma política de sustentabilidade.

Para minimizar os problemas, eles desenvolveram um conjunto de recursos para ajudar os professores das escolas a ensinar sustentabilidade. Da mesma forma, no Brasil, Tozoni-Reis criticou a formação descentralizada de professores em sustentabilidade já em 2001 para considerar a elaboração de um possível programa de formação interdisciplinar.

Nos casos de Telles (2011), Carvalho (2011) e Gonçalves-Dias, Beloque e Herrera (2011), a crítica se concentrou nas dificuldades enfrentadas pelas escolas de negócios em reunir corpo docente qualificado para abordar essa questão. O estudo de Carvalho (2011), com coordenadores de curso mostra que programas de formação de professores com foco nisso tornaram-se uma discussão coadjuvante nas universidades brasileiras sem repensar a imagem de administradores formados.

05. Vocês obtêm suporte da escola, direção e professores sobre a questão meio ambiente? Comente.

Escola 1	Aluno 1: Sim. Às vezes.
	Aluno 2: Sim. Não com frequência.
	Aluno 3: Sim. Juntamente com palestras de agentes externos.
Escola 2	Aluno 1: Não. Só aulas mesmo.
	Aluno 2: Não. Não temos.
	Aluno 3: Não. As vezes tem palestras.
Escola 3	Aluno 1: Não. Falta incentivo.
	Aluno 2: Não. As vezes convidam a SEDAM.
	Aluno 3: Não. Só na semana do meio ambiente.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Sobre os conhecimentos dessa pergunta os alunos acreditam que direção não dão o total suporte a eles para as questões do meio ambiente.

Segundo a UNESCO (2005, p. 44), “A educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos seres humanos com o meio ambiente natural, os métodos de proteção do meio ambiente, a proteção do meio ambiente e a gestão adequada de seus recursos”. Assim, incluindo a EA na escola, o indivíduo pode se preparar para exercer sua cidadania, capacitando-o a participar efetivamente dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos relacionados à proteção do “verde na terra”, que são, de certa forma, uma crise, recuperação urgente.

O processo de conscientização que o meio ambiente exige começa com uma compreensão e reflexão sobre as condições básicas da convivência humana. A EA contribui muito na construção de relacionamentos e na comunicação entre diferentes disciplinas. Essa comunicação depende inteiramente da vontade do professor em participar do processo, o que dificilmente acontece sem orientação e preparo.

06. As questões ambientais é um fator importante para a sociedade? Comente.

Escola 1	Aluno 1: Sim. Eu acho que é importante.
	Aluno 2: Sim. Claro.
	Aluno 3: Sim. Ajuda a ter uma qualidade de vida.
Escola 2	Aluno 1: Sim. Acho que sim.
	Aluno 2: Sim. Creio que todos necessitem do meio ambiente.
	Aluno 3: Sim. Isso é bom.
Escola 3	Aluno 1: Sim. Eu gosto da natureza.
	Aluno 2: Sim. Precisamos do ambiente saudável.
	Aluno 3: Sim. Minha família vive no sítio.

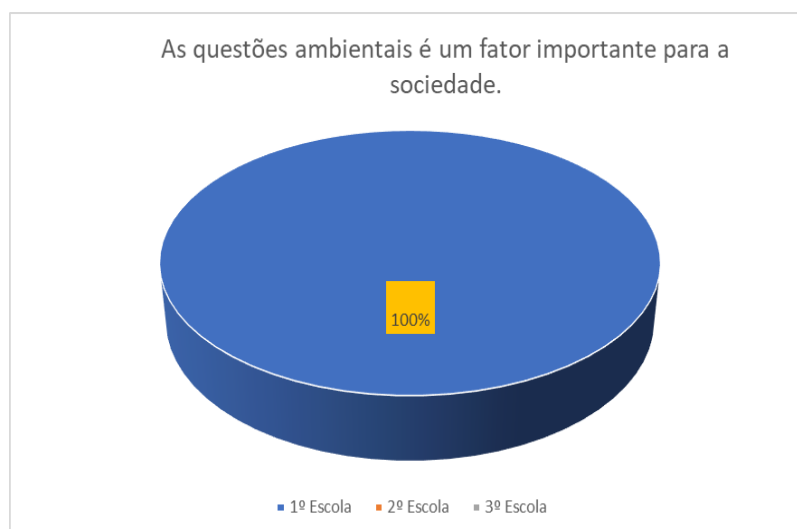
Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

De acordo com as respostas dos alunos as questões ambientais é um fator importante para a sociedade, disseram que sim, ou seja, estão um pouco cientes sobre o assunto. Na construção da cidadania, assim, a maior preocupação das escolas é estabelecer a reflexão crítica sobre a realidade, permitindo o cumprimento e a inserção de todos por meio do conhecimento sobre o meio ambiente a autonomia desses alunos, sua liberdade social, cultura e pessoal na construção de sua autonomia como cidadão.

Segundo Segura (2001, p.165), "Vive-se no capitalismo e no materialismo, outro esqueça que a natureza é importante para nós e, portanto, depende em primeiro lugar educar".

O gráfico aponta que 100% dos alunos disseram que sim, as questões ambientais são importantes para a sociedade.

Gráfico: 02



Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Em 2000, Minini relatou que EA é um processo que consiste em proporcionar às pessoas uma compreensão crítica e global do meio ambiente, a fim de articular valores e desenvolver atitudes que lhes permitam tomar uma posição seja consciente e participativo, em questões relacionadas à conservação é aproveitar os recursos naturais, melhorar a qualidade de vida e acabar com a pobreza extrema.

07. Você já ouviu falar em jornais, internet, televisão ou revistas que a preservação ambiental é considerada por lei no Brasil? Comente.

Escola 1	Aluno 1: Não. Só vejo na tv.
	Aluno 2: Não. Não me atentei para isso.
	Aluno 3: Não. Sei que é lei, mas não li sobre o assunto.
Escola 2	Aluno 1: Não. Só vejo na tv o desmatamento da Amazônia no atual governo.
	Aluno 2: Sim. Estou ciente.
	Aluno 3: Não. Não fazia ideia do assunto.
Escola 3	Aluno 1: Sim. Já olhei um material sobre o assunto.
	Aluno 2: Sim. Olhei no jornal.
	Aluno 3: Sim. Olhei uma questão sobre este assunto na tv câmara.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

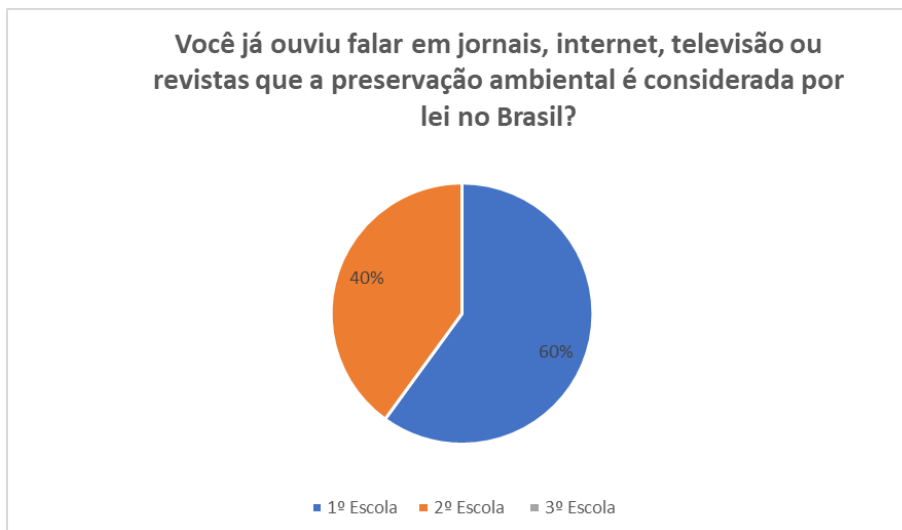
As dificuldades encontradas pelos os alunos jovens e adultos, percebemos pelas respostas que são: As dificuldades em entender um pouco sobre o assunto em relação ao meio ambiente. Eles têm pouco conhecimento sobre assunto proposto.

Em 27 de abril de 1999, foi instituída a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. A Lei nº 9.795 estabelece diretrizes, cujo principal objetivo é estimular a conscientização da população sobre a responsabilidade de proteger o meio ambiente por meio da educação.

O termo “educação ambiental” (E.A.) só apareceu na década de 1970, principalmente quando surgiram as questões ambientais. Desde então, surgiram eventos para consolidar essas questões, como a Conferência de Estocolmo em 1972, a Conferência Rio 92 no Rio de Janeiro em 1992, que estabeleceu uma medida importante, a Agenda 21, um plano de ação. O século XXI visa a sustentabilidade da vida na Terra (Dias, 2004).

Segundo a pesquisa 60% dos alunos entrevistado do NEM falaram que não sabiam que as relações ambientais no brasil eram consideradas lei.

Gráfico: 03



Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Segundo Loureiro (2009), “A educação ecológica é uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento de uma ampla consciência crítica das relações sociais e produtivas que unem homem e natureza”.

Nesse sentido, a educação ambiental tem um papel muito importante, pois gera mais engajamento cívico em questões relacionadas à responsabilidade socioambiental, como proteção de nascentes, matas ciliares, destinação correta do lixo e prestação de serviço público básico.

08. A sua escola desenvolve projetos sobre o meio ambiente?

Escola 1	Aluno 1: Sim. Às vezes.
	Aluno 2: Sim. Mas não desenvolve com frequência.
	Aluno 3: Sim. Só na semana do meio ambiente.
	Aluno 1: Sim. Bem pouco.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Escola 2	Aluno 2: Sim. Muito pouco.
	Aluno 3: Sim. Não com muita frequência.
Escola 3	Aluno 1: Sim. Fazem algumas oficinas.
	Aluno 2: Sim. Não e com frequência aqui na escola
	Aluno 3: Sim. Uma vez ao ano.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Os alunos ao serem questionado sobre o conhecimento da importância do papel da escola no processo do meio ambiente, todos responderam que tem conhecimento da importância, e que escola faz projetos sobre as questões ambientais. Mas não age com frequência, assim disseminado uma fragilidade nestas questões do meio ambiente.

O educador ao lidar com o conteúdo das ciências da natureza focando nas questões ambientais a aprendizagem fica mais significativa. As oficinas pedagógicas realizadas durante as aulas se desenvolvem apoiadas nas vivências dos alunos e dos fenômenos que ocorrem a sua volta, buscando examiná-los com o auxílio dos conceitos científicos pertinentes.

É através de um ensino investigativo, provocativo que o aluno começa a pensar e a refletir sobre o processo de construção do conhecimento (FREIRE, 1987).

09. A escola possui matérias sobre o meio ambiente? Comente.

Escola 1	Aluno 1: Não. Não vejo nenhum aqui na escola.
	Aluno 2: Não. Não vejo.
	Aluno 3: Não. Se existe, não vejo.
Escola 2	Aluno 1: Não. Só nos livros didáticos.
	Aluno 2: Não. Não tem.
	Aluno 3: Não. As vezes existe, mas não vejo. Só encontro no livro.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Escola 3	Aluno 1: Não. Não vejo.
	Aluno 2: Não. Mas as vezes pode existir.
	Aluno 3: Não. Se existe e pouco aplicado.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

De acordo com as respostas dos alunos poucos sabem sobre a existência de materiais relacionados sobre o meio ambiente nas escolas Públicas. À medida que o mundo se torna cada vez mais globalizado, as sociedades são tão violentas e as cidades aceleram, substituindo os espaços verdes pelo concreto, o contato direto das crianças com todos os elementos da natureza vem diminuindo. Neste modelo, as crianças têm uma exposição cada vez mais limitada aos elementos ambientais ao longo do tempo, por isso as crianças são obrigadas a ficar em casa para usar a tecnologia como fonte de lazer, que na maioria das vezes por vezes não sabem o que é o ambiente ou enfrentam, se você perguntar a uma criança, por exemplo, de onde vem o leite, é provável que ela responda que vem da caixa.

Diante disso, Alves (1999) afirma: "Algumas crianças nunca viram uma galinha de verdade, nunca sentiram o cheiro de um pinheiro, nunca ouviram um pintassilgo cantar e não gostam de brincar com terra. Acham que a terra é sujeira, eles não sabem que a terra é vida."

10. Na semana do meio ambiente são realizadas palestras relacionadas ao tema consciência ambiental? Comente.

Escola 1	Aluno 1: Sim. Sim é.
	Aluno 2: Sim. Assistimos palestrante externos.
	Aluno 3: Sim. Vem palestrantes da SEDAM.
Escola 2	Aluno 1: Sim. Vem a polícia ambiental.
	Aluno 2: Sim. Fomos na trilha da polícia ambiental.
	Aluno 3: Sim. Os professores nos levaram na trilha ecológica.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Escola 3	Aluno 1: Sim. Fomos passear na trilha ecológica.
	Aluno 2: Sim. Assistimos palestras na trilha ecológica da polícia ambiental.
	Aluno 3: Sim. Assistimos palestras com a SEDAM.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

É fundamental que o professor de ciências da natureza trabalhe as questões ambientais em sala de aula, trabalhe de forma interdisciplinar, dentro da sala de aula, pois através da conexão entre todas as matérias do currículo, podem-se criar situações que encorajem os alunos a compreenderem e a se familiarizarem mais com a consciência ambiental, estabelecendo ligações cognitivas entre a linguagem ambiental, os conceitos da vida real e a linguagem dos livros didáticos trabalhados em sala de aula de forma interdisciplinar.

Na educação, segundo Dias (2004), a apresentação dos temas ambientais na educação deve enfatizar uma perspectiva geral, sendo muito importante a realização de atividades com os alunos para estimulá-los, pois nesta fase as crianças são muito curiosas e costumam participar, a aprendizagem nesse sentido deve ser contínua.

Por isso, é importante trazer à tona temas relevantes para conscientizar para que essa criança possa disseminar esse conhecimento, pois é comum que as crianças adquiram novos conhecimentos e os repassem principalmente para seus familiares.

Segundo o gráfico mostrado logo abaixo, 100% dos alunos entrevistados disseram que a escola promove a semana do meio ambiente na escola.

Gráfico: 04



Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

A educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais justas e pacíficas.” (REIGOTA, 1998). O meio ambiente compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

4.2. QUESTIONÁRIO PARA PROFESSOR

Tornar a educação ambiental acessível às pessoas tem se revelado um dos maiores desafios que os professores têm que enfrentar para que a prática docente não esteja restrita à transmissão de conteúdo, que segundo parece, dificulta o processo de aprendizagem. Assim, do pressuposto de que a incorporação da consciência ambiental é indispensável para que se aprenda as questões ambientais de maneira mais efetiva e prazerosa.

O questionário abaixo irá responder algumas das perguntas relevantes ao ensino a aprendizagem de consciência ambiental nas escolas públicas do NEM, pois através da minha atuação em sala de aula, percebe-se que a educação ambiental é aceita com insatisfação pela comunidade escolar, pois exige dos estudantes um grau de memorização e uma ampla linha de raciocínio, esta dificuldade encontrada que os fazem distanciar-se de sua prática no cotidiano.

Compreende-se que o modelo atual da consciência ambiental é pouca contextualizada e desvincula a forma mecânica com que era aplicada aos alunos em tempos atrás, pois, pouco atrativa, distanciava os alunos do NEM. Com o decorrer do tempo, a educação ambiental moderna apresentou um novo cenário com novos métodos e habilidades, em sua forma de ser apresentada e ensinada dentro da sala de aula, que fez com que em seus assuntos fossem exercitados envolvendo as situações do cotidiano, através dos contextos, como foi descrito pelos professores aqui pesquisados.

01. Como você define o meio ambiente?

Escola 1	Professor 1: Uma questão ecológica boa.
	Professor 2: Preservação do meio ecológico.
	Professor 3: Sustentabilidade do meio que vivemos.
Escola 2	Professor 1: É uma questão política de preservação do meio.
	Professor 2: Proteger o planeta para o futuro.
	Professor 3: Proteger a fauna e a flora.
Escola 3	Professor 1: É uma proteção de todo o ecossistema ecológico.
	Professor 2: É uma consciência de preservação ao meio que vivemos.
	Professor 3: É proteção do meio dos agentes antrópicos.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Compreende-se, que a formação do professor, seja ela inicial ou permanente, tem um papel fundamental na tomada de consciência quanto ao seu papel em sala de aula, por meio de constante estudo e reflexão sobre seus fazeres pedagógicos de modo autônomo.

O educador reflexivo faz de sua ação fator de constante mudança, que lhe dá condições de aprender permanentemente pela análise da própria prática e, portanto, lhe torna um profissional diferenciado. Como percebe, pelas respostas que os professores todos trabalham na sua área de formação, mas, trabalham de forma interdisciplinar o assunto educação ambiental com baixa frequência.

Nas diretrizes de Tbilisi, a educação ambiental também deve considerar o meio ambiente de forma abrangente, incluindo aspectos naturais e feitos pelo homem. Como processo contínuo, a educação ambiental deve passar por todas as etapas da educação formal e não formal, devendo examinar as questões ambientais sob uma perspectiva local, regional, nacional e internacional, analisando suas causas, consequências e complexidades. Deve também desenvolver a consciência crítica e as competências humanas necessárias para resolver tais problemas e utilizar métodos e estratégias adequadas para adquirir conhecimento e comunicar, valorizando a experiência pessoal e enfatizando as atividades práticas que daí resultam (DIAS, 1994).

02. Você costuma indicar em livros ou revistas o tema educação ambiental para os seus alunos? Comente.

Escola 1	Professor 1: Não. É uma temática pouca discutida na escola.
	Professor 2: Não. São raras as discussões das questões ambientais nas escolas.
	Professor 3: Não. É um tema pouco falado.
Escola 2	Professor 1: Não. É um tema pouco trabalhado pela escola.
	Professor 2: Não. Porque são os agentes externos que fazem o processo de consciência ambiental nas escolas Públicas.
	Professor 3: Não. A escola quase não trata do tema com frequência.
	Professor 1: Não. As vezes convido a SEDAM.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Escola 3	Professor 2: Não. As vezes faço um convite a PM ambiental.
	Professor 3: Não. Não tenho incentivo para fazer o trabalho de educação ambiental.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Com o apoio de organismos internacionais, as Diretrizes Nacionais de Educação e Lei de Bases (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores da Educação Básica (2000) e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 passaram a ter forte impacto na reestruturação educacional.

A partir da década de 1990, a atual educação nos países vizinhos, entre outras coisas, continua formando professores da educação básica, incluindo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e legislação de EJA. As escolas precisam colaborar mais com os professores nessas questões ambientais para motivar o ensino em sala de aula.

03. O tema educação ambiental é transversal na rede pública de ensino? Comente.

Escola 1	Professor 1: Sim. É para ser trabalhado de forma interdisciplinar.
	Professor 2: Sim. A educação ambiental é de extrema importância.
	Professor 3: Sim. A educação ambiental é importante para a vida.
Escola 2	Professor 1: Sim. É um tema importante para a legislação brasileira.
	Professor 2: Sim. É um tema importante para a comunidade escolar.
	Professor 3: Sim. É dever da escola de fazer educação ambiental ser um tema socialmente bem visto.
Escola 3	Professor 1: Sim. A educação ambiental tem que envolver todas as matérias nas escolas.
	Professor 2: Sim. É de fundamental importância para a sociedade.
	Professor 3: Sim. Preservar o meio ambiente é uma questão importante para os seres vivos.

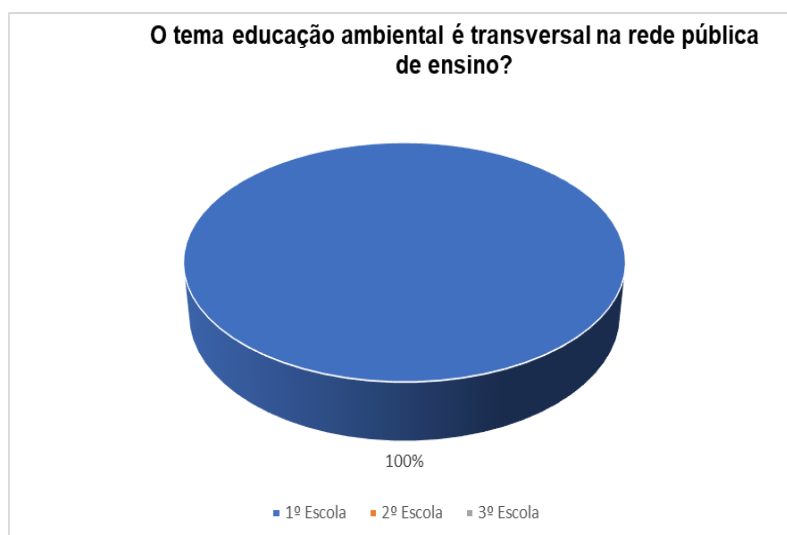
Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

O tema faz parte do referencial curricular para que seja trabalhado de forma interdisciplinar, ou não, dentro dos conteúdos programáticos.

De acordo com a primeira conferência intergovernamental sobre educação ambiental realizada em Tbilisi, Geórgia (antiga União Soviética), em 1977, a educação ambiental é considerada um processo permanente no qual indivíduos e comunidades se conscientizam sobre o meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiência e determinação. Para capacitá-los a agir individual e coletivamente para enfrentar os problemas ambientais atuais e futuros (DIAS, 1992).

O gráfico mostra que 100% dos professores entrevistados afirmam que a educação ambiental nas escolas públicas é um tema transversal e muito importante para o alunado.

Gráfico: 05



Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Nesse contexto, a relação do ser humano com o meio ambiente pode ser transformada por meio da prática da educação ambiental, que é considerada uma ferramenta de mudança de psicologia e atitudes (BEZERRA; GONÇALVES, 2007).

Para Reigota (2006), essas novas atitudes devem ser desenvolvidas e exercitadas em ambientes escolares, em situações do mundo real onde surgem as mais diversas variáveis e conflitos sobre as questões ambientais, são tratados em atividades democráticas e dinâmicas e atuando de forma sistemática e incremental

para que a educação processual atue sobre o meio ambiente correspondendo a ações que abrangem informações e experiências desde problemas até mudança de comportamento.

Desde 1997, por meio da revisão curricular do MEC, os professores e especialistas em educação passaram a contar com a ferramenta oficial para orientar a implementação da EA nas escolas: Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (Brasil, 1997).

04. Os professores estão praticando o tema educação ambiental nas escolas públicas? Comente.

Escola 1	Professor 1: Sim. Com pouca frequência.
	Professor 2: Sim. As vezes fazemos algo que envolva a educação ambiental.
	Professor 3: Sim. Com baixo êxodo.
Escola 2	Professor 1: Sim. A educação ambiental é um tema pouco falado aqui na escola.
	Professor 2: Sim. Não falamos com frequência.
	Professor 3: Sim. Deixamos a desejar a conscientizar os alunos as questoes ambientais.
Escola 3	Professo1: Sim. Quando convidamos agentes externos para palestrar SEDAM.
	Professor 2: Sim. Só na semana do meio ambiente.
	Professor 3: Sim. Com baixa frequência.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Por fim, a educação ambiental desperta nos alunos a consciência de proteção e cidadania. O ser humano deve compreender desde cedo que precisa de cuidado, proteção e que o futuro depende do equilíbrio entre homem e natureza e do uso racional dos recursos naturais.

Portanto, a educação ambiental tem a responsabilidade de contribuir para o processo de transformação da sociedade atual em uma sociedade sustentável, centrada na cidadania responsável, com vistas à natureza como bem comum, levando em consideração capacidade de regenerar recursos materiais e promover distribuição

equitativa criar riqueza e contribuir para condições de vida dignas para as gerações presentes e futuras (SADER, 1992).

O gráfico mostra que os professores estão praticando o tema educação ambiental nas escolas públicas do NEM. Os relatos dos professores, eles estão praticando o tema educação ambiental com baixa frequência.

Gráfico: 06



Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Segundo Varine (2000). "A natureza é o grande patrimônio da sociedade. A educação ambiental torna-se, assim, uma prática social preocupada com a preservação de suas riquezas". Para o autor, se o meio ambiente é atacado, agredido, destruído em razão do rápido crescimento populacional, resultando em declínio da qualidade do meio ambiente e de sua capacidade de sustentar a vida, não basta apenas condenar a destruição, o processo educativo é necessário, tem uma atitude pró-ambiental e social.

É claro que o crescimento populacional por si só não pode ser considerado um grande mal que agride e destrói o meio ambiente, as necessidades dessa população de se alimentar, se vestir e se locomover são os fatores que interferem no meio ambiente, pois todos esses consumos são feitos de forma desordenada, e não percebendo a necessidade de um compromisso com os resíduos gerados, além

disso, não existe uma política efetiva de gestão da produção deste insumo, nossa sociedade não é educada para lidar com os resíduos, por isso este conceito de responsabilidade ambiental é novo, está se concretizando com o interesse da escola em formar os alunos para que as gerações futuras possam abraçar e gerir melhor o tema.

05. A escola fornece ajuda sobre o tema educação ambiental para os docentes da rede? Comente.

Escola 1	Professor 1: Sim. Sempre é bom ter noção de quais conhecimentos eles possuem para ter o ponto de partida.
	Professor 2: Sim.
	Professor 3: Sim. Essencial.
Escola 2	Professor 1: Sim. Conhecer o discente é o ponto de partida para alcançar os objetivos da sala de aula.
	Professor 2: Sim, fica mais fácil a assimilação dos conteúdos.
	Professor 3: Sim. Pois, os discentes apresentam uma melhor compreensão quando se realiza comparações de educação ambiental com a realidade e o cotidiano dos mesmos.
Escola 3	Professor 1: Sim. É importante porque o conhecimento é construído de maneira significativa, partindo da realidade do aluno.
	Professor 2: Sim. É essencial estes conhecimentos.
	Professor 3: Sim. Necessidade de um aprendizado deve ser sistemática, em processos, etapas.

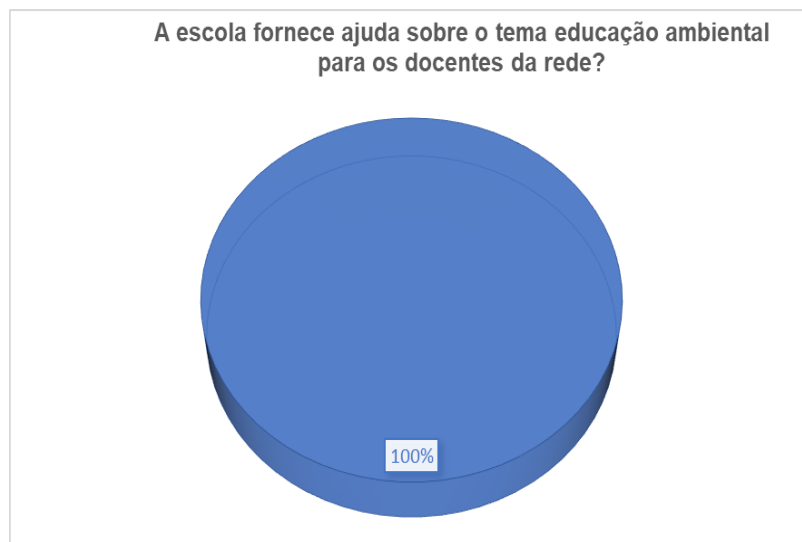
Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Sabe-se que os alunos chegam à sala de aula com um conjunto de ideias próprias sobre os tópicos que estão estudando. Levar em consideração o conhecimento prévio dos alunos é um dos aspectos mais importantes do processo de ensino.

Portanto, os PCNs (parâmetros do curso escolas estaduais) para fortalecer os professores importância de trabalhar com EA uma mudança na consciência pessoal, como forma de integrar diferentes campos conhecimento.

O gráfico mostra que 100% dos professores entrevistado relatam que a escola fornece o tema educação ambiental para os docentes da rede.

Gráfico: 07



Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

A necessidade da educação, cuja finalidade é formar cidadãos ambientalmente educados, preocupa-se em proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente natural e humano, é amplamente acordada tanto internacionalmente quanto em nosso país, e deve constituir uma questão de preocupação universal e permanente na prática do processo educativo, tendo como premissa a definição clara da intenção educativa e a contextualização de conteúdo, estratégias e atividades instrucionais.

Em síntese, aprendemos que a educação ambiental deve ser realizada em um contexto educacional, levando em consideração os aspectos ambientais da escola, e buscando um processo de conscientização ambiental para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Este é um grande desafio para as escolas hoje, no sentido de pensar e implementar novas pedagogias relacionadas ao meio ambiente. A educação ambiental não pode ser apenas fantasiosa ou ilusória sob a orientação do professor, mas pode conscientizar o aluno, permitindo que o aluno traga esses ensinamentos para sua vida como adulto. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

06. A sustentabilidade é um fator importante para a sociedade? Comente.

Escola 1	Professor 1: Sim. É fundamental para a vida dos seres vivos.
	Professor 2: Sim. É muito importante para a ecologia.
	Professor 3: Sim. É importante que a escola trabalhe esta questão para a comunidade.
Escola 2	Professor 1: Sim. Para evitar a degradação do meio ambiente.
	Professor 2: Sim. Evitar a perda da fauna e flora.
	Professor 3: Sim. É importante para comunidade escolar desenvolver trabalhos relacionados.
Escola 3	Professor 1: Sim. Está na legislação do Brasil.
	Professor 2: Sim. É dever de todos os seres humanos preservar o meio ambiente.
	Professor 3: Sim. É fundamental para a vida.

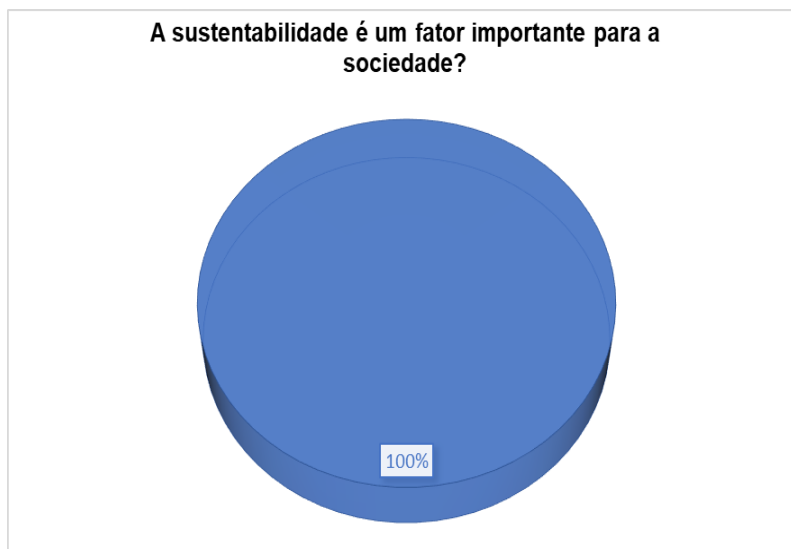
Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Um dos principais resultados proporcionados pelos diferentes tipos de sustentabilidade mencionados acima é a manutenção mais prolongada dos recursos naturais, como oceanos e florestas; redução da poluição; além de garantir uma vida mais longa e saudável para toda a população.

Já em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, foi recomendado que a educação. O Meio Ambiente Deve: Reorientar a educação para a sustentabilidade reconciliar os objetivos sociais de obter as necessidades básicas; ter objetivos proteger a vitalidade e a diversidade do planeta e garantir que os cidadãos desfrutem de um ambiente ecologicamente saudável e com objetivos econômicos como seus direitos; conscientizar o público; considerar o analfabetismo ambiental.

Segundo o gráfico apresentado, 100% dos professores entrevistado disseram que sustentabilidade é um fator importante para a sociedade.

Gráfico: 08



Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Nas últimas décadas, as discussões sobre conceitos a sustentabilidade está cada vez mais forte. Existem muitos estudos e, no entanto, a maioria deles tem um ponto comum: Sustentabilidade em contextos interdisciplinares, capaz de viajar por diversas áreas na educação. (Mikhailova, 2004).

A sustentabilidade nas escolas pode ser definida como o conjunto de práticas e ensinamentos que ocorrem no ambiente escolar com o objetivo de alcançar um desenvolvimento sustentável do planeta.

07. A preservação ambiental é considerada por lei no Brasil? Comente.

Escola 1	Professor 1: Sim. A legislação ambiental no Brasil é considerada uma das mais completas e avançadas do mundo.
	Professor 2: Sim. As Leis Ambientais foram criadas com a intenção de proteger o meio ambiente e reduzir ao mínimo as consequências de ações devastadoras.
	Professor 3: Sim. São fiscalizadas por órgãos ambientais e definem regulamentações e atos de infração em casos de não cumprimento. Aplicam-se às organizações de qualquer modalidade e ao cidadão comum.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Escola 2	Professor 1: Sim. O Artigo 225 da Constituição Brasileira de 1988 das <u>leis ambientais</u> , define a importância de manter o ecossistema estabilizado através da preservação e recuperação ambiental, tendo como principal objetivo a qualidade de vida que todo indivíduo é digno de ter.
	Professor 2: Sim. Desse modo, com os avanços das indústrias e da tecnologia, se tornou essencial debater sobre o desenvolvimento sustentável nas empresas conciliando com as práticas adequadas ao uso dos recursos naturais.
	Professor 3: Sim. Apesar de bem elaboradas, as leis ambientais brasileiras apresentam algumas lacunas em sua aplicação, inviabilizando suas propostas e objetivos
Escola 3	Professor 1: Sim. Esta Lei proporcionou medidas de proteção à fauna.
	Professor 2: Sim. Ela classifica como crime o uso, perseguição, captura de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies da fauna silvestre e produtos originários de sua caça, além de proibir a importação de espécie exótica e a caça amadora sem autorização do IBAMA. Criminaliza também a exportação de peles e couros de anfíbios e répteis.
	Professor 3: Sim. Código Florestal Brasileiro de 1965 e define que a proteção do meio ambiente natural.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Lei 12.651/2012 - Lei Florestal Brasileira - revoga a Lei Florestal Brasileira de 1965 e define a proteção do meio ambiente natural como dever do proprietário, mantendo espaços protegidos em propriedade privada, divididos em áreas de proteção permanente (APP) e áreas protegidas estatutárias.

O ambientalismo refere-se ao comportamento e prática coletiva, com o objetivo de mudar percepções e atitudes nas relações humanas ambiente natural. Para tornar a educação ambiental verdadeiramente sustentável.

08. A escola tem um saneamento básico adequado? Comente.

	Professor 1: Sim. Tem.
	Professor 2: Sim. Tem.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Escola 1	Professor 3: Sim. Tem.
Escola 2	Professor 1: Sim. Existe sim.
	Professor 2: Sim. Tem.
	Professor 3: Sim. Existe.
Escola 3	Professor 1: Sim. Existe.
	Professor 2: Sim. Tem
	Professor 3: Sim. Tem

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

Nas cidades brasileiras, a falta de saneamento básico atinge múltiplos setores, incluindo saúde, emprego, renda, imobiliário, turismo e educação. O impacto da falta desses serviços vai além dos desastres ambientais e complicações imediatas para a saúde e qualidade de vida das populações sem acesso ao saneamento. A recorrência de infecções que afetam a saúde prejudica o desempenho acadêmico e reduz a produtividade em crianças e adolescentes.

Nesse contexto, a Lei de Diretrizes Básicas de Saúde (nº 11.445/2007) estabelece uma série de serviços que devem ser prestados à população, como tratamento e abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos Gestão de Sólidos e Águas Pluviais (Brasil, 2007)

09. A escola possui na sua grade curricular matéria sobre o meio ambiente? Comente.

Escola 1	Professor 1: Não. Não existe uma grade.
	Professor 2: Não. Está no plano de ensino a serem incluídas nas disciplinas.
	Professor 3: Não. Está no plano de ensino a serem incluídas nas disciplinas.
Escola 2	Professor 1: Não. Está no plano de ensino a serem incluídas nas disciplinas.
	Professor 2: Não. Está no plano de ensino a serem incluídas nas disciplinas.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

	Professor 3: Não. Está no plano de ensino a serem incluídas nas disciplinas.
Escola 3	Professor 1: Não.
	Professor 2: Não. Está no plano de ensino a serem incluídas nas disciplinas.
	Professor 3: Não. Está no plano de ensino a serem incluídas nas disciplinas.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

A educação ambiental é entendida como o processo pelo qual indivíduos e comunidades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à proteção do meio ambiente, produto que as pessoas utilizam em conjunto e é essencial para uma qualidade de vida saudável. Pode ser persistente.

A educação ambiental é parte fundamental e permanente da educação nacional e deve existir de forma clara em todos os níveis e modos do processo educacional, com características formais e informais.

Por fim, a política de educação ambiental. Existe a obrigação de abordar as questões ambientais de forma transversal apresentado por Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais. Um ano para Câmara CONAMA de Tecnologia em Educação Ambiental, então COEA/MEC discutiu propostas para regulamentar a lei. 25 de junho, em 2002, o Decreto nº 9.795 foi assinado pelo Presidente da República De acordo com o Decreto nº 4.281.

**10. A secretaria de educação está disponibilizando alguma formação continuada ou projetos consolidados sobre as questões ambientais para os docentes?
Comente.**

Escola 1	Professor 1: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.
	Professor 2: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.
	Professor 3: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.
Escola 2	Professor 1: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.
	Professor 2: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

	Professor 3: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.
Escola 3	Professor 1: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.
	Professor 2: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.
	Professor 3: Não. No momento não foi oferecido nenhuma formação sobre a temática.

Fonte: GALVÃO, Maycon Ribeiro, 2022.

O ensino da educação ambiental é a base da formação humanística, e o currículo escolar deve nortear essa boa formação, por isso o ensino da consciência ambiental é essencial para a realização dessa formação. O ensino da educação ambiental também é importante por enriquecer os elementos ideológicos na formação da inteligência dos alunos. (SOUZA, 2000), ainda apontou que fortalecer a relação entre escola e escola é muito útil para proteger o meio ambiente, especialmente o ambiente escolar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se concluir que a preocupação com o meio ambiente tem aumentado principalmente nas últimas décadas, tendo em vista que a terra está passando por mudanças ambientais drásticas. Um número crescente de acidentes ambientais e mudanças climáticas mostram que o ambiente social está criando desequilíbrios ambientais e, nesse processo, os humanos podem ser transformadores e apresentar uma solução para estas questões ambientais. A educação ambiental é, assim, uma ferramenta permanente e modificável, destinada a melhorar a relação das pessoas com a natureza, promover a reflexão sobre as questões ambientais e demonstrar que a qualidade de vida e as gerações futuras dependem do desenvolvimento sustentável.

Assim, o espaço escolar torna-se um local propício para o aprendizado e disseminação do conhecimento ambiental, formando pessoas críticas e conscientes das diversas questões ambientais, capazes de cooperar com a proteção ambiental. A preocupação com a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida tornaram-se cotidianas, e a educação ambiental, como campo de estudo, preocupava-se em desenvolver a consciência das pessoas sobre o planeta em que habitam. Quando nos engajamos na educação ambiental, não falamos apenas sobre o meio ambiente, mas sobre a complexa interdependência dos diversos elementos da natureza, dos quais fazemos parte e somos capazes de compreender e mudar.

Nos relacionamos com a natureza não apenas como indivíduos, mas principalmente por meio do trabalho e de outras práticas sociais e, como tal, nossa relação com a natureza tem dimensões econômicas, políticas e morais. Assim, atualmente, quando lidamos com problemas ambientais, precisamos lidar com problemas sociais complexos, como baixos índices de desenvolvimento, pobreza e falta de saneamento básico. Ao longo da história humana, expressamos admiração pela natureza ao nosso redor e, nas últimas décadas, prestamos cada vez mais atenção em protegê-la. Observamos que uma série de questões atuais relacionadas às diferentes formas de degradação ambiental vêm motivando e despertando um estado de consciência ambiental em grandes segmentos da população. A prática educacional ambiental produz um processo de unidades teóricas e práticas que

começam com a prática social de ambientes empíricos e terminam com mudanças qualitativas na compreensão e no desempenho. Portanto, focando principalmente no processo de formação da vida consciente no planeta em que habitam, procurei neste trabalho desenvolver uma visão de valores socioambientais a partir da experiência da educação ambiental, com o objetivo de promover a formação em os alunos envolvidos, desde então, com base em minha prática de ensino, descobri que as crianças carecem muito da necessidade de observar e questionar seu ambiente local e global. Percebi que ela nos dava mensagens estereotipadas como "temos que salvar a ecologia", sugerindo que eles não tinham o conhecimento necessário para refletir e buscar soluções para os problemas ambientais.

Quando iniciei o a pesquisa sobre a consciência ambiental, os alunos do ensino médio das escolas públicas não tinham a oportunidade de conhecer as muitas manifestações da educação ambiental. O trabalho em educação ambiental é preciso considerar os espaços de lugar e as relações ético, sociedade e ambiental em que se vive.

Quando devidamente articulada entre o meio ambiente e a sociedade, a prática ecológica dificilmente se dilui pela singularidade regional, mas atinge objetivos éticos mais amplos, mesmo imensuráveis. Sabemos que a educação é o meio mais eficaz pelo qual a sociedade deve enfrentar o teste do futuro, de fato, a educação moldará o mundo de amanhã. A educação deve ser parte essencial de todos os esforços para imaginar e criar novas relações entre as pessoas e promover maior respeito às necessidades do meio ambiente. É por isso que trabalhamos com a educação ambiental no lado não formal, pois a educação não deve estar relacionada apenas à escolarização ou educação formal, pois inclui também modelos de ensino não formal, incluindo o aprendizado tradicional adquirido em casa, em seu ambiente.

Através da educação, transmitimos um maior grau de consciência e sensibilidade, exploramos novas visões e conceitos e inventamos novas tecnologias e ferramentas. Reconhecemos que, para consolidar a educação ambiental, são necessárias ações práticas e teóricas que demonstrem a viabilidade de suas propostas em todos os níveis da sociedade, como um processo formativo fundamental que capacita as futuras gerações a exercerem sua cidadania. A perspectiva da educação ambiental representa uma mudança de paradigma na educação, pois

afirmar e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogoverno e ética nas relações sociais e na natureza.

Quanto à dimensão ética da educação ambiental, ela deve ser percebida na história de nossa relação com o meio ambiente. Nessa direção, ele defende que o biorregionalismo fornece uma perspectiva ética que busca redefinir o conceito de “lugar” por meio do contexto narrativo no espaço físico. A função epistemológica de um lugar é construir a compreensão de nós mesmos, nossa comunidade e o mundo. Nesse sentido, poderemos orientar a construção e a autopercepção de sujeitos e comunidades por meio de nossa compreensão do meio ambiente. Portanto, percebemos que os valores morais são os motores mais eficazes de mudança e transformação social. De um modo geral, valores morais como justiça são adquiridos através da educação.

A educação também é essencial para que as pessoas possam usar seus valores morais a serviço de escolhas conscientes e morais. Quando trabalhamos com alunos do ensino médio, na disseminação de novos valores ético ambientais, imaginamos que estamos aprimorando a capacidade desses indivíduos de traduzir suas ideias sobre a sociedade em realidade prática, e sem fundamentos morais e éticos, um novo modelo de desenvolvimento sustentável se tornará uma realidade. Acredito que o principal objetivo da educação ambiental é repensar o modo de vida do ser humano, exigindo uma ampla consciência crítica das relações no mundo natural em que vivemos nas propostas político, sociedade e filosóficas e nas estruturas de mudança social global.

A educação ambiental é de natureza social e política e há necessidade de novas pesquisas que possam repensar e redefinir a educação ambiental de forma contextualizada e com perspectivas históricas e críticas que possibilitem entender o porquê da educação ambiental. Educação ambiental, crise socioambiental.

O Serviço Social nas escolas públicas é uma questão que luta pelos direitos sociais e pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, por isso, desempenha um papel importante na ambientalização por meio de um trabalho educativo que não visa apenas ações paliativas e temporárias, mas também possibilita que as pessoas não apenas para melhorar a sobrevivência, mas também para lutar para melhorar a

qualidade de vida. Isso garante que eles possam viver uma vida decente. É por isso que acho que devemos incluir em nossa rotina profissional programas e projetos que sejam projetados para intervir profissionalmente e também abordar questões ambientais. Uma intervenção que chama a atenção das pessoas para o seu espaço ambiental e educa essas populações para proteger o meio ambiente através de questões simples do cotidiano, como não jogar lixo nas ruas e rios, separar seletivamente o lixo para reciclagem, respeitar o próximo e conservar a fauna e a flora.

Ao focar nessas questões simples, começa uma melhor qualidade de vida, e o a questão social tem na bagagem as ferramentas para enfrentar os problemas ambientais. É necessário que a consciência reflita sobre esse tema e aja em sua prática profissional de educação ambiental. Pesquisadores ambientais ressaltam a importância e necessidade do envolvimento das ciências sociais na educação ambiental, com alguns afirmando que as questões ambientais são questões sociais; a partir desse momento, não parou mais.

As questões ambientais, embora tratadas com profundidade em cada disciplina específica, carecem de uma articulação clara dos conceitos originalmente desenvolvidos nessas disciplinas e para as diferentes áreas do conhecimento. Isso significa que eles têm de ser tratados como já tratamos anteriormente de forma coletiva. Isso significa que diferentes campos do conhecimento precisam ser articulados para servir ao mesmo propósito para formar uma nova sociedade que possa se sustentar.

A construção dessa nova sociedade é necessária para que os cidadãos possam resgatar e recuperar seu modo de vida de forma mais integrada ao ecossistema em que vivem. Dessa forma, em um futuro próximo, a nova geração poderá exercer sua cidadania.

Nessa perspectiva, o serviço social para as práticas ambientais pode ser um meio de legitimação da ação comunitária, levando ao reconhecimento da necessidade de uma melhor qualidade de vida, uma mente diferente da racionalidade instrumental, capaz de perceber a realidade de forma irrealista. Abordagem fragmentada, mas ao contrário, considera a interpretação dos problemas do nosso tempo e aponta

urgentemente para uma nova ética em que a solidariedade, a cooperação, a globalidade e o humanismo sejam considerados em essência.

REFERÊNCIAS

EDITORA ABRIL. **Revista nova escola**. São Paulo, (nº241), abril de 2011.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. São Paulo: 2001.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 15 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

ARAUJO, Luís Cláudio Martins, **Princípios Jurídicos do Direito Ambiental**, Advocacia Geral da União. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/2965218>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 jan. 2021.

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 jan. 2021.

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 10 jan. 2021.

FARIAS, Talden Queiroz. **Princípios gerais do direito ambiental**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 9, n. 35, dez 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1543>. Acesso em: 10 jan. 2021.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 13 ed., rev., atual. E ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso de Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21 ed., rev., atual. e ampl., de acordo com as Leis 12.651, de 25.5.2012 e 12.727, de 17.10.2012 e com o Decreto 7.380, de 17.10.2012. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**. 8 ed., rev., atual. E ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972)**. Disponível em: <http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf>. Acesso em 10 jan. 2021.

RAMOS, Carlos Fernando Silva. **Princípio da Prevenção**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9574>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RANGEL, Tauã Lima Verdan. **Princípios do Direito Ambiental**: A progressiva construção de um direito difuso. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, a. 15, n. 99, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ambito->

VAN BELLEN, Hans Michel. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 253 p. Acesso em: 30 jan. 2021.

RODRIGUES AFONSO. **Sustentabilidade ambiental** - 1. ed. - Rio de Janeiro: Rede Sirius; OUERJ, 2015. Disponível em:http://www.rsirius.uerj.br/pdfs/sustentabilidade_ambiental.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

ISMAEL BRUNO. **Ciências ambientais** - Revista Jus Navigandi, 2018. Disponível: <https://jus.com.br/artigos/68390/meio-ambiente-e-sustentabilidade>. Acesso em: 03 fev. 2021.

Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. "**Outros afetos, outros olhares, outras ideias, outras relações**". A Questão Ambiental: Cenários de Pesquisa. Textos NEPAM, Campinas: Ed. da UNICAMP, n. 3, p.13-34, 1995.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

Lei de conservação do solo número 7876 de 13 nov. 1989. Disponível em <http://coralx.ufsm.br>. Acesso em 28 de mar. 2022.

MOUSINHO, Patrícia. Alguns conceitos de educação ambiental. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.) Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante. 2003. Disponível em <http://pga.pgr.mpf.gov.br/educacao/alguns-conceitos>. Acesso em 18 jun.2022.

BARCELOS, Valdo. **Educação Ambiental: Sobre princípios, metodologias e atitudes**. 4ª ed. Petrópolis, RJ, 2012.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento**. 3ª ed. Ver. Brasília: FUNASA, 2006.

BRASIL. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. **Instituiu Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: Acesso em: 20 de jun. 2022.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CÚPULA DAS AMÉRICAS, Cúpula de Brasília. **Educação Ambiental**. Brasília. 2004.

EVANGELISTA, L. M. Soares, M.H.F.B. **Educação Ambiental e Atividades Lúdicas: Diálogos Possíveis**. Paraná: XIV Encontro Nacional de Ensino de Química, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. RJ: Paz e Terra. 2009.

INEP. **Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental**. Disponível em: Acesso em 27 abr. 2022.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em: 29 abr. 2022.

Loureiro, C. F. B. **Trajectoria e fundamentos da educação ambiental**. 3ªed. SP: Cortez. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental. UNESCO. Brasília. 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2007.

PORTAL DO MEC. **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Disponível em: Acesso em 02 abr. 2022.

PORTAL DO MEIO AMBIENTE. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA**. Disponível em: Acesso em 07 abr. 2022.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

Revista Fundação aprender. Disponível em: Acesso em 27 maio. 2021.

SANTOS. Suzimara. **Valorização Cultural para uma Proposta de Gestão Ambiental**. Disponível em: Acesso em: 4. maio. 2021.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos. Rima. 2004.

TESSARO, J. P. **Discutindo a importância dos jogos e atividades em sala de aula**. Disponível em < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0356.pdf>> Acesso em 28 maio. 2021.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9a ed. São Paulo. Gaia, 2004.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 3ªed. SP: Cortez. 2009.

CARVALHO, S. L. G. Educação para sustentabilidade em escolas de administração de empresas: a perspectiva de coordenadores acadêmicos no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

TOZONI-REIS, M. F. C. Educação ambiental: referências teóricas no ensino superior. Interface Comunic., Saúde, Educ., v. 5, n. 9, p. 33-50, 2001.

TELLES, B. M. Integrando a sustentabilidade na formação de administradores São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; BELLOQUE, M. C. M.; HERRERA, C. B. Desafios para inserção da disciplina "Sustentabilidade" em cursos de Administração: a experiência de uma Instituição de Ensino Superior paulistana. In: ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XIV., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: SEMEAD, 2011. p. 1-17.

CARVALHO, S. L. G. Educação para sustentabilidade em escolas de administração de empresas: a perspectiva de coordenadores acadêmicos no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

UNESCO. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p.

SEGURA, Denise de S. Baena. Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

DIAS, G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992

SADER, E. A ecologia será política ou não será. In: GOLDENBERG, M. org. Ecologia, ciência e política: participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico. Rio de Janeiro, Revan, 1992, p. 135-42.

COMISSÃO MUNDIAL PARA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União, 8 jan. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 24 mar. 2022.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL MEC, Coordenação "A implantação da Educação Ambiental no Brasil", 1998.

SOUZA, A. K. A relação escola-comunidade e a conservação ambiental. Monografia. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2000.

DONELLA, Meadows. "Conceitos para se fazer Educação Ambiental" - Secretaria do Meio Ambiente, 1997.

MININI, apud DIAS, Genebaldo Freire Dias. Educação Ambiental – Princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992.

REIGOTA, M. A Floresta e a Escola: por uma educação ambiental pós-moderna. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

REIGOTA, M. O que é educação ambiental. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 63 p., 2006.

BEZERRA, T. M. de O.; GONÇALVES, A. A. C. "Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão – PE." Revista Biotemas, Jaboaão dos Guararapes, n. 3, v. 20, 2007, p. 115-125.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795, de 27/04/1999.

VARINE, Hugues de. O Ecomuseu. **Ciências e Letras**, n. 27, p. 61-90, 2000.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. RE&D, v. 28, n. 1, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Questionário para o professor

I – Dados de identificação:

Nome: (opcional): _____

Turmas que leciona: _____

Escola: _____

Sexo: () masculino () feminino

Há quanto tempo atua no exercício do magistério? _____ anos

Nível de escolaridade:

() Superior () Especialista () Mestrado () Doutorado

Graduado em _____

QUESTIONÁRIO:

1. Como você define o meio ambiente?

2. Você costuma indicar em livros ou revistas o tema educação ambiental para os seus alunos? Comente.

() Sim () Não

3. O tema educação ambiental é transversal na rede pública de ensino? Comente.

() Sim () Não

-

4. Os professores estão praticando o tema educação ambiental nas escolas públicas? Comente.

Sim Não

5. A escola fornece ajuda sobre o tema educação ambiental para os docentes da rede? Comente.

Sim Não

6. A sustentabilidade é um fator importante para a sociedade? Comente.

Sim Não

7. A preservação ambiental é considerada por lei no Brasil? Comente.

Sim Não

8. A escola tem um saneamento básico adequado? Comente.

Sim Não

9. A escola possui na sua grade curricular matéria sobre o meio ambiente?
Comente.

Sim Não

10. A secretaria de educação está disponibilizando alguma formação continuada ou projetos consolidados sobre as questões ambientais para os docentes? Comente.

() Sim () Não

APÊNDICE II

Questionário para o aluno

I – Dados de identificação:

Nome: (opcional): _____

Turma: _____

Escola: _____

Sexo: () masculino () feminino

Nível de escolaridade:

() Fundamental () Médio

QUESTIONÁRIO:

1. Como você define o meio ambiente?

2. Você costuma ter na escola educação ambiental com os seus professores?

Comente.

() Sim () Não

3. Vocês alunos, preservam o meio ambiente como regra para a vida? Comente.

() Sim () Não

4. A sua escola é autossustentável? (Capaz de sustentar - se)

() Sim () Não

5. Vocês obtêm suporte da escola, direção e professores sobre a questão meio ambiente? Comente.

() Sim () Não

6. As questões ambientais é um fator importante para a sociedade? Comente.

() Sim () Não

7. Você já ouviu falar em jornais, internet, televisão ou revistas que a preservação ambiental é considerada por lei no Brasil? Comente.

() Sim () Não

8. A sua escola desenvolve projetos sobre o meio ambiente?

() Sim () Não

9. A escola possui matérias sobre o meio ambiente? Comente.

() Sim () Não

10. Na semana do meio ambiente são realizadas palestras relacionadas ao tema consciência ambiental? Comente.

() Sim () Não

O Autor



MAYCON RIBEIRO GALVÃO

*Graduado em Ciências físicas e biológicas pelo o CELJI/ULBRA. Biólogo -
CRBio 06 região-AM.*

*Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Martinho Lutero.
Professor de rede estadual de ensino e municipal do estado de Rondônia.*




Editora
MultiAtual

ISBN 978-658997696-7



9

786589

976967